

25 DE ABRIL

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

28 | JUNHO 1978

716

SUPLEMENTO - PORTALEGRE



*10 de Junho
dia das Comunidades*

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Mocambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16	
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13	
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495	13	
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16		20.30-21.00	15 125	19	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
	18.00-18.45 14.30-18.00	17 880 15 340 21 700	16 19 13	20.15-21.00	15 125	19		
India (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16	14.30-18.00	21 700	13		
	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	Brasil (Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125	13 19
		(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880		13 16	22.30-01.00	11 790 11 840

-0. JUL. 1978

COMUNIDADES PORTUGUESAS
30 ANOS 1948



10 de Junho
da das Comunidades

Capa: Arranjo gráfico baseado numa gravura, a preto e branco, da autoria de Roque Gameiro, publicada na grande edição ilustrada de «Os Lusíadas», revista e prefaciada por Sousa Viterbo.

Contra-capas: «Fac-símile» de Canto X da Estrofe 154 de «Os Lusíadas», na edição castelhana de 1639:

«Mas eu falo, humilde, baixo e rudo,
De vós não conhecido nem sonhado?
Da boca dos pequenos sei, contudo,
Que o louvor sai às vezes acabado.
Nem me falta na vida honesto estudo,
Com longa experiência misturado,
Nem engenho, que aqui vereis presente
Cousas que juntas se acham raramente.»

COMUNIDADES PORTUGUESAS

PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO

Direcção

Director do Serviço
de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. N. E. E.

Edição

Serviço de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. N. E. E.

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades
1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa
Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Mirandela & C.ª
Travessa Condessa do Rio, 7-9
Lisboa
Portugal

Colaboração fotográfica

ANOP
Direcção-Geral da Divulgação
«Diário de Notícias»
«A Capital»
Carlos Gil
Mário de Oliveira

PREÇO 30 ESCUDOS

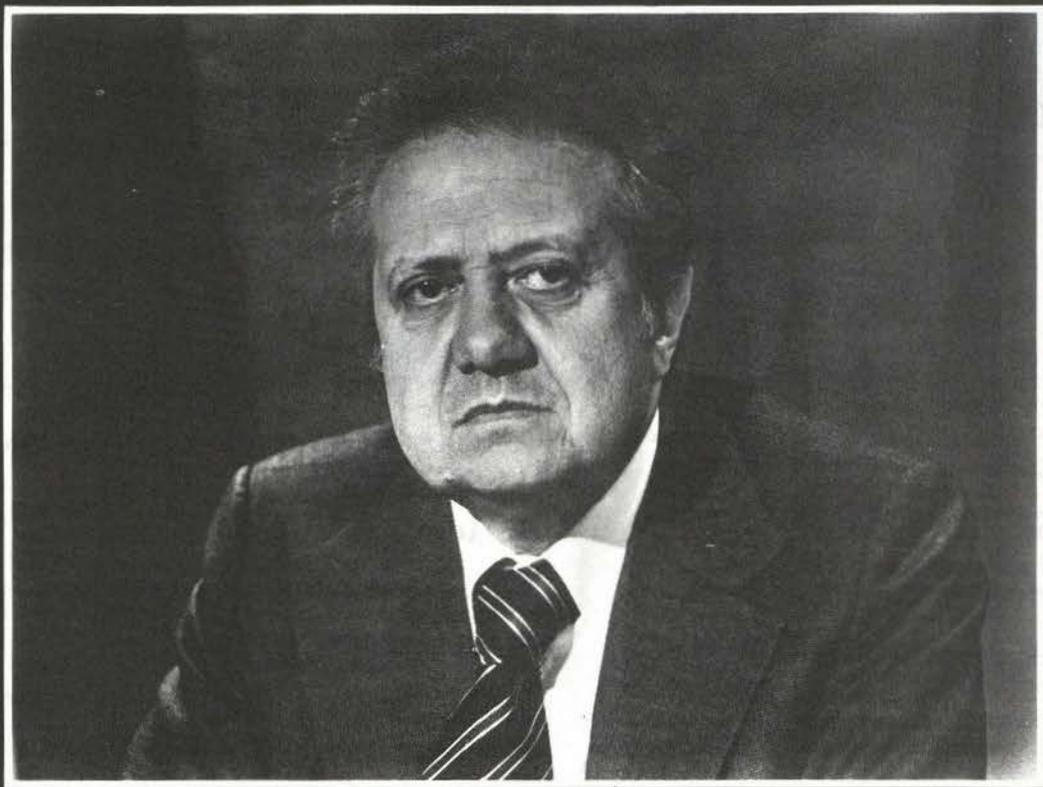
N.º 28 / JUNHO 78

Índice



No próximo número daremos especial destaque ao noticiário referente à histórica viagem que o Presidente da República efectuou ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos, e às celebrações do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas» que tiveram lugar na cidade de Portalegre e no estrangeiro, junto das nossas comunidades residentes em diversos países.

- 3 COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO
- 4 CONSELHO NACIONAL DO PLANO
- 5 ACORDO COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
- 6 UMA SAÍDA PARA O MAR: OS PORTOS DA NAZARÉ E DA FIGUEIRA DA FOZ
- 8 CULTURA DA BETERRABA SACARINA EM PORTUGAL
- 10 ÁGUA PARA A GRANDE LISBOA
- 13 A BANDA DESENHADA EM PORTUGAL
- 23 PORTALEGRE (suplemento)
- 32 REIS DE ESPANHAM VISITARAM PORTUGAL
- 40 CONFERÊNCIA DA UNESCO SOBRE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL
- 42 MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DEBATEU EM BRUXELAS A ADESÃO DE PORTUGAL À CEE
- 43 MINISTRO DA IMIGRAÇÃO DO QUEBEQUE TEVE CONVERSACÕES EM LISBOA
- 44 ACORDO LUSO-GUINEENSE DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO PORTUÁRIO
- 46 «MISS PORTUGAL-78» DA COMUNIDADE DA ÁFRICA DO SUL ESTEVE EM LISBOA
- 50 TOME NOTA
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA SENE



«Urge encarar o futuro
com esperança,
por entre as preocupações
do presente.
O horizonte dos anos oitenta
abre-nos uma perspectiva
de progresso.
Os portugueses
têm de ter confiança.»

COMUNICAÇÃO DO PRIMEIRO- -MINISTRO

Falando ao País, através da RTP, o Primeiro-ministro referiu-se ao período de «plena vivência constitucional» em que vivemos e ao acordo político interpartidário PS/CDS, que permitiu delinear uma política concreta e coerente de recuperação económica e consolidar a democracia. Mário Soares abordou ainda, entre outros assuntos, a importância do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a urgência do aumento de produção na agricultura e nas pescas, e a autonomia dos Açores e da Madeira.

O Primeiro-ministro começou por sublinhar que a Constituição «aponta indiscutivelmente para governos de legislatura, isto é, para governos que duram quatro anos» e que, portanto, «devem desencorajar-se aqueles que jogam na desestabilização», afirmando a dado passo: «Estamos num período de plena vivência constitucional, com instituições que provaram a sua solidez durante a crise política difícil de Dezembro-Janeiro últimos».

O ACORDO POLÍTICO INTERPARTIDÁRIO PS/CDS

Em seguida, a propósito da «relação de forças existente na sociedade portuguesa» e da «estabilidade política presente que há-de considerar-se como um bem de inestimável valor», Mário Soares recordou «a influência decisiva que tem, no contexto político actual, o acordo político interpartidário PS/CDS». A este respeito, o chefe do Governo declarou que «os dois partidos que tiveram a coragem política e o patriotismo de assumir o poder num momento tão difícil, como o actual, (...) delinear uma política concreta coerente que há-de considerar-se de verdadeira salvação nacional, pois que visa abrir caminho seguro à recuperação económica do País e consolidar a democracia, num ambiente de concórdia nacional, de tolerância, de paz cívica e de diálogo permanente com todos, sem 'a priori' marginalizar ninguém — partidos, movimentos, parceiros sociais, associações ou personalidades de valor, seja qual for a sua opção ideológica.»

Mais adiante, Mário Soares acentuou que a «crise que vivemos radica em males que vêm de longe e num condicionalismo internacional que nos transcende e que não está na nossa mão modificar em termos absolutos e imediatos» e que « não se perfilou, até agora, no horizonte nacional qualquer política coerente de alternativa à do actual Governo, susceptível de grangear uma base sólida de apoio popular.»

FMI: UM AVAL DE TIPO INTERNACIONAL

Acerca da importância do acordo com o FMI, «um aval de tipo internacional» mas que «não vem resolver, por encanto, os nossos problemas de base, o Primeiro-ministro acentuou que «podemos, a partir de agora, dispor do chamado 'grande empréstimo' de 750 milhões de dólares — o que nos permite vislumbrar o futuro financeiro do País com alguma confiança, mantendo as reservas de ouro que ainda temos e que constituem uma condição efectiva de independência nacional.»

Mário Soares aludiu depois à «compreensão dos trabalhadores», à baixa espectacular da taxa de absentismo no trabalho, ao problema dos retornados, ao actual volume de desemprego, à inflação e à «desaceleração transitória da expansão, que o País vai sentir, durante o ano em curso, como um aperto de cinto.»

O AUMENTO DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA E NAS PESCAS

Continuando a debruçar-se sobre economia, o chefe do Governo afirmou que «é no campo da agricultura e das pescas que o aumento da produção terá de ser mais decisivo», e que «apesar do mau ano agrícola, se

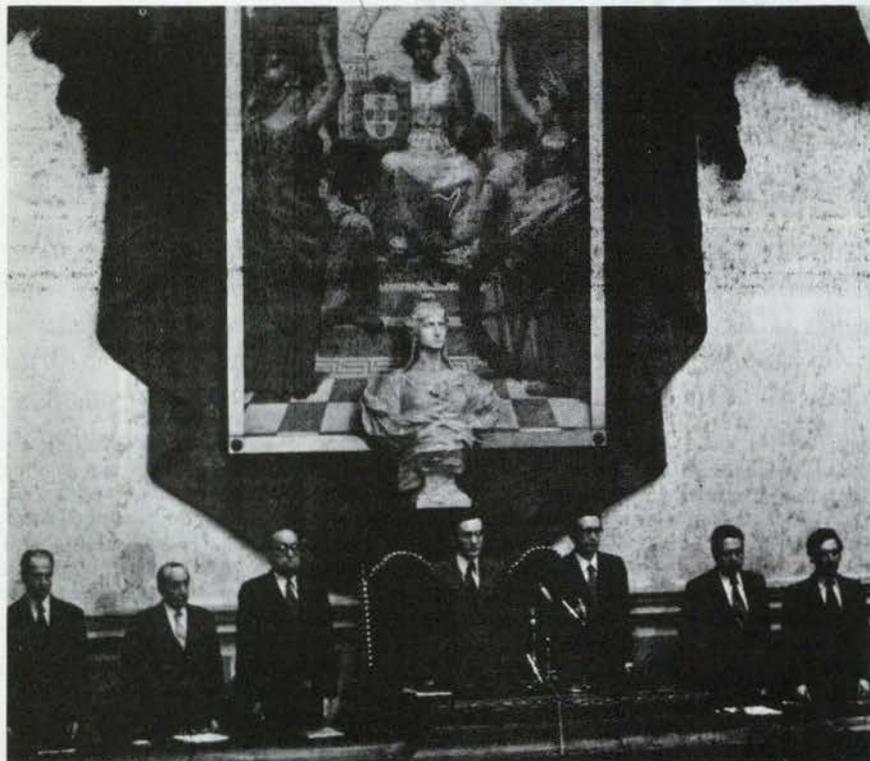
espera em 1978 um sensível aumento de produção, mesmo no domínio dos cereais», acrescentando, a respeito da reforma agrária: «A aplicação da lei prossegue com a consequente entrega de reservas e também com as cautelas impostas pela exigência de não agravar inconsideradamente o desemprego nos campos, que teria consequências sociais explosivas.»

A AUTO-DEFESA DO ESTADO

Mário Soares abordou em seguida o problema dos meios de auto-defesa de que o Estado dispõe, dizendo que irá solicitar à Assembleia da República «a primeira das prioridades para a discussão de certas leis que facultem ao Governo os meios convenientes e eficazes para lutar contra as práticas terroristas, separatistas, os extremismos esquerdistas e as organizações fascistas e, bem assim, contra os crimes de abuso da liberdade de imprensa e de sistemática perversão da opinião pública, pela divulgação de notícias falsas, grosseiramente deformadas ou caluniosas, contra pessoas e instituições.»

Depois de se referir ao problema da autonomia regional dos arquipélagos dos Açores e Madeira, considerando-o «um assunto sério, que decorre do projecto constitucional que estamos a aplicar, e que não pode ser comprometido nem pela paixão partidária nem, muito menos ainda, pela consequente agitação separatista soprada por interesses inconfessáveis ou pelo estrangeiro», o Primeiro-ministro terminou a sua comunicação fazendo um apelo aos portugueses: «Urge, pois encetar o futuro com esperança, por entre as preocupações do presente. O horizonte dos anos oitenta abre-nos uma perspectiva de progresso. Os portugueses têm de ter confiança.»

CONSELHO NACIONAL DO PLANO



O general Ramalho Eanes, ladeado por Vasco da Gama Fernandes, Salgado Zenha e Mário Soares, durante a sessão inaugural dos trabalhos do Conselho Nacional do Plano.

No Palácio de S. Bento, na antiga Sala do Senado, teve lugar a sessão inaugural das actividades do Conselho Nacional do Plano (CNP), definido constitucionalmente como o órgão por meio do qual será coordenada a elaboração do Plano.

Presidiu à cerimónia o Presidente da República, o general Ramalho Eanes, que se encontrava ladeado por Mário Soares, Primeiro-ministro, Salgado Zenha, presidente do CNP, e Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia da República.

No discurso que pronunciou, Salgado Zenha, depois de ter afirmado que o Conselho era essencialmente um órgão participativo e não deliberativo, acentuou a importância e a independência do CNP, afirmando: «Órgão independente quer do Governo quer da Assembleia da República, quer dos restantes órgãos de soberania, traz com ele a potencialidade de novas estruturas políticas de participação democrática, capazes de atenuar a preponderância e o peso tecnocrático de que estavam habitualmente imbuídos os planos de fomento passados».

ASSOCIAR AS POPULAÇÕES À ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO

Mais adiante, Salgado Zenha referiu-se à isenção e visão nacional com que o CNP deve exercer as suas funções de «órgão consultivo por excelência das estruturas técnicas do planeamento, do Governo e da Assembleia da República» e disse, a terminar: «O Conselho Nacional do Plano surge-nos, portanto, como um elemento fundamental na associação de toda a população à elaboração e execução dos planos económicos e sociais. Pois que só essa associação permitirá que os planos mergulhem na realidade concreta e no sentir popular. Só assim as opções respectivas poderão ser realmente assumidas pelos portugueses como expressão dos seus desejos, dando desse modo apoio concreto à execução desses planos pelos Governos democraticamente eleitos.»

Interviu a seguir a representante do Governo no CNP, Teresa Ambrósio, a qual sublinhou que «Segundo a Constituição, o Plano é o instrumento fundamental

de orientação, coordenação e disciplina de actividade económica e social com vista à prossecução de determinadas metas e objectivos temporalmente definidos para a sociedade.» Teresa Ambrósio afirmou também que a participação das populações no processo de planeamento será organizada aos níveis definidos na Constituição: nacional, sectorial, regional e das regiões autónomas.

DEFINIR UM CAMINHO DE DESENVOLVIMENTO

O Presidente da República, no discurso que proferiu nesta cerimónia acentuou a dado passo: «A concretização de um projecto de desenvolvimento que corresponda à vontade histórica do povo português — sem ignorar a necessidade de eliminar as carências das nossas estruturas económicas e o desejo legítimo de saída urgente para situações socialmente opressivas — confere à missão consultiva deste Conselho a dimensão dos grandes desafios técnico-políticos. Compete-lhe contribuir para a definição complexa mas indispensável de um caminho de desenvolvimento.»

O general Ramalho Eanes mencionou, a seguir, as áreas da planificação coordenada — económica, social, educativa, cultural, científica, tecnológica e política — e, a propósito da indispensabilidade do Plano no nosso País, afirmou: «O plano impõe-se-nos também como exigência inadiável dada a necessidade que temos de aplicar criteriosamente os fracos recursos disponíveis. Cada palmo de terra, cada peça de máquina, cada competência, cada invenção, cada projecto devem ser objecto do máximo aproveitamento e converter-se em riqueza para todos.»

MEMBROS DO CNP

O Conselho Nacional do Plano é presidido por Salgado Zenha e tem como vice-presidentes Alfredo de Sousa, Pedro de Vasconcelos e Carlos Carvalhas. Os representantes do Governo são, além de Teresa Ambrósio, Herlander Estrela, Bruto da Costa e António Guterres.

O Conselho tem uma comissão permanente, constituída pelo presidente e vice-presidentes, e, ainda, um plenário e comissões eventuais ou grupos de trabalho.

Acrescente-se que, segundo o regimento interno, os membros do Conselho poderão, a todo o tempo, ser destituídos e substituídos pela entidade que os tiver designado.



ACORDO COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Depois de várias semanas de conversações, que, aliás, tinham sido interrompidas com a queda do I Governo Constitucional, sendo retomadas quando o II Governo entrou em actividade, chegaram finalmente ao seu termo as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Após um período de interregno, devido à crise política resultante da queda do I Governo Constitucional, reiniciaram-se em fins de Março as negociações com o FMI, tendo como objectivo a concessão de um crédito a favor do Banco de Portugal no valor aproximado de 50 milhões de dólares, junto daquela instituição.

As conversações foram realizadas entre uma delegação de peritos portugueses, sob a orientação do ministro das Finanças e do Plano, Vitor Constâncio, e uma equipa do FMI que demonstrou atitudes menos rígidas depois de o chefe da delegação ter procedido a consultas com dirigentes do Fundo, nos Estados Unidos.

As dificuldades em chegar a este acordo relacionaram-se com os seguintes factores: estabelecimento de um limite máximo para o défice externo da balança de pagamentos de Portugal, tendo ficado acordado que o nosso País poderá atingir um bilião de dólares durante o «programa de estabilização» que vai de Abril passado a Março de 1979; definição das taxas de juro e de desvalorização do escudo e da taxa de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB).

Segundo a ANOP e ainda a respeito da demora verificada quanto à conclusão deste acordo, a mesma deveu-se não tanto à concessão do crédito citado, mas ao facto de vários países terem feito depender a sua participação no chamado «grande empréstimo», na conclusão das negociações com o FMI.

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

O Conselho de Ministros, em reunião extraordinária, «decidiu aprovar os termos

do acordo a que se chegou com a delegação do FMI, durante a sua recente estadia em Lisboa». Mais adiante, o comunicado ministerial afirma o seguinte: «O Conselho congratulou-se com a conclusão das negociações que vêm permitir, finalmente, a concretização do grande empréstimo de 750 milhões de dólares, contribuindo de forma decisiva para o financiamento do nosso défice externo e para criar condições de confiança na solvabilidade e futuro desenvolvimento da economia portuguesa».

«RELANÇAR A NOSSA ECONOMIA»

Posteriormente, Mário Soares, em entrevista ao semanário «O Jornal» sublinhou que o acordo com o FMI «dá satisfação às teses por que o Governo português se tem vindo a bater e faz concessões importantes para que a política dos próximos meses não seja tão apertada no domínio da austeridade como nós chegámos a temer». Referindo-se ao limite estabelecido — um bilião de dólares e não os 800 milhões que o Fundo propunha — o Primeiro-ministro acentuou que o mesmo «permite balancear toda a nossa política para o ano de 1978». Mário Soares expressou ainda a sua convicção de que «teremos condições para renegociar um novo acordo a três anos de distância, que nos permitirá relançar toda a nossa economia e superar a crise já com objectivos a médio prazo».

Também Vitor Constâncio se pronunciou sobre as importantes concessões conseguidas nos últimos dias de negociações

e sobre a «Carta de Intenções» que o Governo enviou ao FMI. Essa «Carta de Intenções», acompanhada de um documento das duas equipas negociais e de um relatório final da delegação do Fundo, contém um pedido de crédito e as linhas de rumo que Portugal está disposto a seguir em matéria de política económica, nos aspectos que foram objecto de negociação.

Segundo se prevê, o conselho de administração do FMI apreciará, trimestralmente, a evolução da economia portuguesa, particularmente quanto à balança de pagamentos.

Vitor Constâncio, conversando com jornalistas no Palácio de S. Bento, esclareceu que a introdução das medidas económicas a adoptar pelo Governo não estava dependente da assinatura e conclusão final do acordo com o FMI.

DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO

Posteriormente, o Banco de Portugal anunciou que o escudo era desvalorizado em 6,1 por cento, o que corresponde a uma sobrevalorização média de 6,5 por cento das moedas estrangeiras convertíveis e usualmente tomadas pelo Banco de Portugal como padrão cambial. Ao mesmo tempo, o banco emissor nacional determinou que a moeda portuguesa continuasse em «desvalorização deslizando», ao ritmo mensal de 1,25 por cento, o que segundo a nota do Ministério das Finanças e do Plano estará em correspondência com o nível das taxas de juro do mercado interno português.

UMA SAÍDA PARA O MAR OS PORTOS DA NAZARÉ E DA FIGUEIRA DA FOZ

6 **A importância dos portos como saída natural para o mar, em ordem a explorar a sua riqueza e a utilizá-lo como via comercial, é sobejamente sentida, sobretudo nas regiões do interior. Aliás, a evolução do tráfego marítimo nos últimos anos, tem vindo a confirmar essa importância e a**

O PORTO DE ABRIGO DA NAZARÉ

Foi entregue na Câmara Municipal da Nazaré o esquema do anteprojecto do Porto de Abrigo da vila, da autoria de uma equipa chefiada pelo eng. Reis de Carvalho.

Primeiramente discutido pelos pescadores locais e engenheiros interessados, o empreendimento aguarda agora que, finalmente, a Direcção-Geral de Portos adjudique a

cou decisivamente para a concretização do porto de abrigo.

Para a primeira fase prevê-se a construção de molhes de abrigo, um canal de acesso, doca interior, cais e as instalações complementares que estão projectadas para receber 16 mil toneladas de pescado por ano.

Entretanto, a comunidade de nazarenos que reside e trabalha na cidade de Toronto (Canadá), recebeu com grande alegria a notícia e está disposta a regressar à sua terra natal, com os seus barcos modernos



Na praia, os pescadores da Nazaré preparam as redes para a sua faina no mar.

demonstrar que a economia de regiões pouco evoluídas pode ser substancialmente incrementada, a partir do apetrechamento e dinamização de portos que estejam situados na proximidade. Encontram-se neste caso os portos da Nazaré e da Figueira da Foz.

obra de modo a que o Porto de Abrigo da Nazaré possa entrar em funcionamento em 1980.

Este empreendimento é um sonho acalentado há muito anos pelos pescadores da vila, cerca de 800, actualmente. Mas, apesar do projecto de 1927 e dos seguintes (datados de 1929, 1931 e 1933), as obras não se concretizaram e somente depois de, na Assembleia da República, o deputado Telmo Neto ter traçado um quadro impressionante da vida dos pescadores nazarenos, se arran-

e bem equipados, logo que o Porto de Abrigo for uma realidade. Esse grupo de pescadores emigrantes decidiu aplicar colectivamente as poupanças na sua terra, possuindo para tal um projecto de investimento.

Nesse sentido, deslocou-se a Toronto uma delegação de responsáveis da Nazaré para prestar informações autorizadas e entabular negociações com os conterrâneos ali residentes, nomeadamente sobre «A Nazaré e o seu Porto de Abrigo».

O PORTO COMERCIAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Também o porto da Figueira da Foz, no estuário do Mondego, vai passar por profundas transformações, com o fim de aí se criar um grande porto comercial, que sirva o interior e o centro do País.

Assim, dentro de poucos anos, a zona comercial portuária possuirá um cais acostável de quatro quilómetros de comprimento

rio do Mondego sofrerá uma profunda transformação, com obras de demarcação de zonas de abrigo e de correcção hidráulica.

Neste plano de expansão do porto da Figueira da Foz e de regularização do estuário do Mondego, prevê-se que até ao fim da primeira fase, em 1985, altura em que poderão entrar na doca navios até oito mil toneladas, sejam dispendidos cerca de um milhão e meio de contos.

Com estas realizações, especialmente com o prolongamento do molhe norte que ficará

construir uma doca de recreio, e implantar outros núcleos industriais. Quanto a, este último aspecto, pode acrescentar-se que se prepara a instalação de uma nova unidade industrial, de capital luso-norueguês, destinada à construção de navios de fibra de vidro para a pesca costeira. O estaleiro da nova fábrica será possivelmente instalado perto de Gala, junto da actual ponte; os navios a fabricar destinam-se em parte à nossa frota pesqueira artesanal e noutra parte à exportação.

7



Aspecto do actual porto comercial da Figueira da Foz.

e uma capacidade de movimentação de carga/descarga de mercadorias da ordem das 4,5 milhões de toneladas, a somar às 40 mil toneladas de pescado, por ano.

Além disso, no final dos trabalhos que brevemente se vão iniciar, a doca de pesca verá também aumentada a sua dimensão e passará a ter uma frente de 900 metros, podendo, deste modo, responder satisfatoriamente ao crescimento constante do tráfego e da frota que a utiliza.

Com este empreendimento, todo o estuá-

com uma extensão de 150 metros e dos esporões norte e sul, resolver-se-á um problema antigo: o constante assoreamento da barra da Figueira da Foz.

A nova ponte sobre o rio Mondego, permitirá, por outro lado, o desenvolvimento portuário e a construção de novos eixos rodoviários e ferroviários, incrementando ainda mais o conjunto das condições que proporcionarão à cidade desenvolver-se à vontade. Daí ser possível aumentar a capacidade dos estaleiros navais (Foznave),

Estas obras, no seu conjunto, transformarão, muito brevemente, a Figueira da Foz num pólo importante de desenvolvimento comercial e industrial e constituirão uma alternativa válida ao turismo, sector que actualmente é prioritário na cidade.

Entretanto, projectam-se ou estão neste momento já em curso, obras de vulto, noutras portos: os de Leixões, de Viana do Castelo, de Póvoa de Varzim, de Aveiro, de Faro e Portimão, empreendimentos que aboradaremos num dos próximos números.

CULTURA DA BETERRABA SACARINA EM PORTUGAL

8 Portugal, que tem estado inteiramente dependente do estrangeiro em relação a matéria-prima para a produção do açúcar que consome, prepara-se para, dentro em breve, se auto-abastecer nesse produto. Dentro de dois anos, poderemos consumir «o primeiro açúcar» proveniente da beterraba cultivada no País. Os campos em que está a ser experimentada essa cultura foram visitados pelos secretários de Estado do Fomento Agrário e do Comércio e Indústria Agrícolas, Vasco Portugal e Alcino Cardoso, respectivamente, que confirmaram a possibilidade de termos, em breve, açúcar português.



Eng. Mira Galvão, técnico da Estação Agrária de Beja.

A cultura da beterraba sacarina, conhecida provavelmente em Portugal desde o século XVIII, não logrou ainda alcançar um lugar de destaque no conjunto agro-económico português. Porém, as experiências da cultura e produção da beterraba datam de há mais de cem anos, tendo-se mostrado altamente rentáveis e, já neste século, em 1909, surgiu em S. Miguel (Açores) a primeira e única fábrica existente no País dedicada à extracção do açúcar da beterraba.

Entretanto, nos últimos anos, especialmente depois do 25 de Abril, tem vindo a aumentar a necessidade de cultivar a beterraba sacarina entre nós e fizeram-se mesmo ensaios de cultivo dessa espécie, com bons resultados: as produções ultrapassaram as cem toneladas de raízes por hectare. Os técnicos consideram mesmo que é perfeitamente possível atingir uma produção anual média de 40 toneladas por hectare, em terreno de regadio.

A urgência em cultivar a beterraba tornou-se maior e mais premente quando deixámos de poder abastecer-nos com as ramas

de açúcar importadas das antigas colónias, factor que veio aumentar a nossa dependência do exterior.

AS REGIÕES MAIS APTAS

Por outro lado, o grupo de trabalho que em Abril de 1975 foi nomeado para estudar o lançamento desta cultura, veio, mais tarde, a definir as regiões mais aptas ao cultivo da beterraba sacarina, em regadio e em sequeiro. Por ordem de prioridade técnica as localizações mais prováveis da plantação da beterraba e respectivas fábricas seriam o Ribatejo/Alto Alentejo (fábrica em Mora), o Baixo Alentejo (fábrica em Odivelas, Ferreira do Alentejo ou no Alvito), em Entre Douro e Minho e no Vouga (fábrica perto de Braga) e Entre Vouga e Liz (fábrica em Montemor-o-Velho, ou, segundo outros, em Alferrarede).

Estas possibilidades não podem ser desprezadas, pois vale a pena atentar nestes números: em 1976, Portugal importou quase 300 mil toneladas de açúcar em rama, no valor de três milhões de contos. Além disso, só em matérias-primas para o fabrico de rações para o gado, consumiram-se quase 1500 toneladas de cereais forraginosos, 85 por cento dos quais importados.

Em ordem a suprir esta falta de matéria-prima que nos custa muitas divisas, tem-se falado ultimamente no projecto de instalação de uma fábrica de açúcar de beterraba no Alentejo.

Foram mesmo escolhidos alguns terrenos para o seu cultivo e fizeram-se até algumas experiências que demonstraram ser perfeitamente possível produzir, naquele local, beterraba sacarina com vista à sua transformação em açúcar. Aliás, essas experiências foram iniciadas pelo Ministério da Agricultura e Pescas que encarregou um grupo de técnicos de proceder ao estudo da implantação da cultura da beterraba e da sua alternância com outras culturas (a do trigo e a das oleaginosas), de modo a não se cair numa nova monocultura, o que seria prejudicial para os terrenos.

CAMPOS EXPERIMENTAIS

Nesta altura, um pouco por todo o País, existem bastantes campos experimentais onde a cultura está a ser ensaiada: em Vilar de Frades, Barcelos, Estação Agrária de Braga, Vale do Mondego, Cantanhede, Vale do Sorraia, Lezíria Grande (Vila Franca), Lezíria de Tamar, Baleizão, Elvas e em certas zonas do Algarve.



Cultura da beterraba num campo próximo de Serpa (Baixo Alentejo).

O projecto de produção da beterraba sacarina, que tem um grande alcance a nível nacional, permitirá, uma vez em andamento, poupar milhões de contos em divisas que agora são gastas na importação das ramas de açúcar de cana. É importante dizer que as nossas quatro fábricas de refinação produzem em média 400 mil toneladas de açúcar e que Portugal consome apenas em média, cerca de 250 mil toneladas por ano. Este último quantitativo foi também o que importámos em 1977. E embora Portugal tenha exportado em 1975 e 1976 milhares de toneladas de açúcar no valor de quase um milhão de contos e quase meio milhão de contos, respectivamente, este negócio não se torna rentável, porque o valor da tonelada do açúcar em rama é superior ao da tonelada do açúcar refinado.

A EXPERIÊNCIA DO BAIXO ALENTEJO

Em breve, segundo tudo faz prever, será possível produzir açúcar da beterraba, pois foram encetadas negociações para a aquisição de equipamento fabril, no valor de

500 mil contos, o qual ficaria pago com um ano de trabalho e que não só permitiria abastecer um quinto das necessidades do País, como daria origem a uma poupança de 500 mil contos em divisas. Ao que consta essa primeira unidade deverá ser instalada entre os rios Sorraia e Tejo, provavelmente nas vizinhanças de Coruche.

Entretanto e enquanto os projectos para a instalação da primeira fábrica são examinados pelos departamentos oficiais competentes, têm sido efectuadas algumas experiências de plantações de beterraba sacarina no Baixo Alentejo, que importa referir.

Assim, Mira Galvão, um técnico especialista da Estação Agrária de Beja, em entrevista publicada pelo vespertino «A Capital», afirmou, a propósito das experiências realizadas: «A produção da beterraba é perfeitamente viável e a lavoura aceita-a muito bem (...). As experiências feitas são extremamente positivas. A população está também muito receptiva a esta cultura. Sabemos que, se não se iniciou já a produção, é porque não há ainda mercado.»

Neste momento, os projectos que se encontram na posse dos organismos oficiais

e que são de origem francesa com a participação de capitais nacionais, destinam-se, numa primeira fase, à implantação de uma fábrica que poderá produzir álcool no primeiro ano e açúcar no segundo.

Na citada entrevista, Mira Galvão esclareceu que são necessários seis mil hectares de área semeada de beterraba para uma fábrica açucareira funcionar com rentabilidade; contudo, em face da rotatividade desta cultura, são necessários vinte e quatro mil hectares de extensão disponível, no mínimo. Aquele técnico defendeu ainda que, embora na cultura da beterraba seja possível obter quantidades maiores no vale do Sorraia, é, no entanto, socialmente mais útil, fomentar a cultura noutras locais do Alentejo.

AS VANTAGENS DA CULTURA DA BETERRABA

Se quiséssemos estabelecer as vantagens desta cultura e uma vez que se justifica plenamente a sua expansão no Alentejo, bastaria referir que o trigo, cultivado a

seguir à plantação da beterraba, produz mais 20 a 30 por cento. Por outro lado, a cultura da beterraba proporciona uma série de subprodutos forraginosos, de grande valor nutritivo para o gado: as coroas e as folhas da planta e os melaços. Outra vantagem, que não é das menos importantes, é o aproveitamento da mão-de-obra, através da criação de novos postos de trabalho especializado, quer na cultura quer na unidade de transformação da beterraba.

É oportuno acrescentar que foram desenvolvidas negociações com uma fábrica de açúcar de Badajoz (Espanha) e que esta unidade fabril absorverá por enquanto as quantidades de beterraba produzidas no distrito de Évora e Beja, até à implantação da fábrica nacional. Mira Galvão sublinhou, a propósito: «Este acordo vai funcionar como rampa de lançamento da nossa produção e permitir a divulgação das experiências já feitas com excelentes resultados. Digamos que os 200 hectares previstos para esta fase e a sua comercialização através daquela fábrica espanhola, embora se trate de uma produção muito pequena, motivará os nossos produtores».

ÁGUA PARA A GRANDE LISBOA

10



Túnel de Alhandra, com 1400 metros de extensão, por onde, passará o reforço de água para Lisboa; Técnicos da EPAL durante uma visita de trabalho às obras em curso.

O abastecimento de água à cidade de Lisboa e às zonas dependentes da EPAL (Empresa Pública das Águas de Lisboa) ficará proximoamente solucionado através de um novo canal adutor. Assim, as populações da «grande Lisboa» (Lisboa, Cascais, Oeiras, Amadora e Sintra) verão finalmente resolvido, no seu aspecto imediato, o problema da falta de água.

É de registar ainda um outro acontecimento importante: foi aberto concurso internacional para a construção da grande conduta entre a barragem de Castelo de Bode e Vila Franca de Xira, destinada a assegurar o abastecimento regular de água à região de Lisboa, até por volta do ano 2000.

O aproveitamento dos recursos hídricos é, certamente, uma das tarefas fundamentais a desempenhar por parte dos organismos responsáveis por uma grande cidade como Lisboa, que vê dia a dia aumentar a sua população.

Por este motivo, em fins de 1974, foram oficialmente aprovados dois planos destinados a reforçar o abastecimento de água à região de Lisboa: o primeiro, o das acções imediatas, visava eliminar o mais rapidamente possível, a falta de água que se vinha sentindo; o segundo, previa a realização de grandes obras de reforço, através da captação das águas do rio Zêzere. Aliás, o Zêzere, tem sido apresentado, desde longa data, como a possível grande fonte abastecedora de água à região de Lisboa, que ciclicamente sofre de épocas de abundância e de escassez.

O ADUTOR DE VILA FRANCA-TELHEIRAS

No plano das execuções imediatas, o elemento mais importante do aproveitamento dos recursos hídricos é a construção do novo adutor de Vila Franca de Xira-

-Telheiras, a que se junta a construção do grande depósito de Telheiras e o reservatório do Vale Escuro, obras que importam em cerca de um milhão de contos.

Com os novos reservatórios do Vale Escuro (capacidade para 20 mil metros cúbicos de água) e de Telheiras (capacidade de 120 mil metros cúbicos de água), este último praticamente concluído e em funcionamento parcial, as reservas de água da região de Lisboa ficarão substancialmente aumentadas. Tornar-se-á, assim, possível beneficiar, com regularidade, as povoações até aqui mais atingidas pela escassez de água, sobretudo as da linha de Amadora-Sintra.

A nova e importante conduta entre Vila Franca e Telheiras, com 28 km de comprimento e 1,5 metros de diâmetro — empreendimento que custa cerca de 600 mil contos — permitirá, por si só, transportar 250 mil metros cúbicos diários de água, volume que corresponde a 55 por cento do caudal necessário à capital, nos dias de maior consumo.

Assinale-se ainda que se encontram asseguradas no Tejo (em Valada do Ribatejo e na Lezíria Grande) as captações de água suficientes para garantir à região de Lisboa os 350 mil metros cúbicos que consome diariamente.

RESOLVER O PROBLEMA DO TRANSPORTE DE ÁGUA

A empreitada de construção do adutor que visa, em especial, resolver o problema do transporte de água, incluiu a abertura de um túnel em Alhandra, com 1400 metros de extensão, e a travessia da ponta de Vila Franca através de uma conduta de «poliester» reforçado com fibra de vidro. Esta conduta permite transportar para a estação elevatória daquela vila os 50 mil metros cúbicos

de água captados na Lezíria Grande. A estação elevatória que importou em mais de cem mil contos, tem uma dupla função: serve de centro distribuidor de águas para o concelho de Vila Franca e, simultaneamente, para a região de Lisboa, podendo, neste último caso, a água ser transportada pelo canal Tejo ou pelo novo adutor.

A ÁGUA DO ZÊZERE

A captação das águas do rio Zêzere na albufeira de Castelo de Bode — para a qual foi recentemente aberto concurso internacional — marca uma fase histórica no aproveitamento de água para abastecer a região de Lisboa. Tanto quanto se pode prever, será definitivamente ultrapassado o período das graves insuficiências de caudais até agora verificadas.

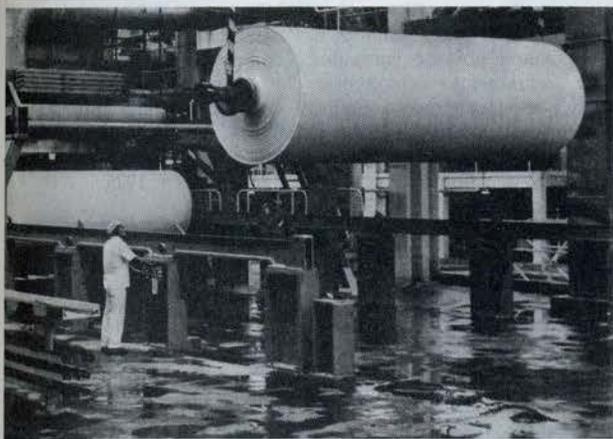
Este segundo plano — o do reforço do abastecimento — está orçado em cerca de três milhões de contos.

A grande conduta adutora que será construída, terá um comprimento de 72 km com tubagem de 1,80 metros de diâmetro, e está avaliada em milhão e meio de contos.

O empreendimento, no seu conjunto, engloba ainda a construção de uma estação de tratamento de água e de bombagem na Assureira, perto da barragem de Castelo de Bode, que deverá ficar concluída em 1982. Acrescente-se que as obras de construção da tomada de água na barragem, demoraram 27 anos (de 1949 a 1976).

Por último, será oportuno informar que, recentemente, o Banco Mundial concedeu ao Governo português um empréstimo no valor de 40 milhões de dólares (cerca de um milhão e 700 mil contos), destinado à comparticipação num projecto que tem por objectivo fornecer água canalizada a cerca de 300 mil pessoas que vivem nos bairros suburbanos de Lisboa.

Exportação e importação de pasta de papel



Uma correcta utilização dos recursos florestais é condição essencial para o desenvolvimento da indústria de pasta de papel.

A exportação de pasta de papel tem vindo, progressivamente, a ocupar um lugar de relevo no conjunto das exportações portuguesas.

No ano passado, o País exportou quase 313 mil toneladas de pasta celulósica, no valor de mais de três milhões e 600 mil contos, o que, em comparação com o ano de 1975, representa um aumento de quase 60 mil toneladas e de um milhão e quase 300 mil contos, respectivamente. Se, porém, compararmos estes números com os valores de 1976 — 353 mil toneladas e quase 3,5 milhões de contos —, verifica-se uma certa quebra que, apesar do aumento do valor exportado, se ficou a dever à desvalorização do escudo e ao aumento dos preços. Esta redução é atribuída, em parte, à produção inferior do Centro de Produção Fabril da Portucel (Celulose de Portugal), de Setúbal, onde ocorreu uma explosão em Maio desse ano.

No conjunto do volume exportado, destaca-se a exportação de pasta branqueada de eucalipto, cerca de 258 mil toneladas, um terço das quais — no valor de um milhão e 200 mil contos — saíram pelo porto da Figueira da Foz.

Nos últimos três anos, e segundo os dados fornecidos pelo Instituto dos Produtos Florestais, os primeiros compradores de pasta de papel nacional foram a Inglaterra e a França, embora as exportações para este último país tenham descido no ano de 1977.

Entretanto, Portugal importou, no ano passado, mais de 85 mil toneladas de produtos de pasta de papel, no valor de quase um milhão de contos, o que traduz aumentos substanciais em relação aos anos anteriores. Os nossos principais fornecedores foram os Estados Unidos e a Suécia, a quem pagámos, respectivamente, quase 366 mil

e 335 mil contos de produtos florestais.

A PRODUÇÃO DE PAPEL NOS AÇORES

Entretanto, também nos Açores vai ser incrementada a produção de papel, neste caso destinado ao fabrico de sacos de cartão canelado e para rações e, dentro de dois anos, de papel de jornal, que abastecerá a imprensa local e, talvez, a da Madeira.

Neste sentido, os produtores açoreanos de papel vão investir 250 mil contos em novas unidades industriais, estando neste momento a ultimar-se, em Lisboa, os estudos sobre os tipos de máquinas mais convenientes para as novas linhas de produção.

Recorda-se que os produtores açoreanos deste sector começaram a laborar há 22 anos com fábricas em Santa Clara e no Ramalho, perto de Ponta Delgada.

Conservas de peixe

A indústria portuguesa de conservas de peixe, continua a produzir e a exportar para os diversos mercados mundiais, num ritmo apreciável.

Assim, a exportação, em 1977, teve como principais mercados a Alemanha Federal (mais de nove milhões de contos), a França (mais de três milhões e meios), a Inglaterra (quase dois milhões e 800 mil contos), a Rússia (dois milhões e meio de contos), o Zaire (quase dois milhões de contos) e os Estados Unidos (mais de 2,1 milhões de contos).

Dos onze centros conserveiros, destaca-se, pela sua importância, o de Matosinhos, com mais de vinte milhões de quilos de conservas de peixe produzidos, seguindo-se a Póvoa de Varzim (quase oito milhões de quilos), Portimão (mais de seis milhões de quilos), Setúbal (mais

de cinco milhões de quilos), Vila Real de Santo António (mais de quatro milhões de e meio de quilos), Olhão (quase quatro milhões), Peniche (com três milhões) e os Açores (com 2,3 milhões de quilos). Depois, com menores quantidades, situam-se os centros produtores de Lagos, Madeira e Lisboa. O resultado global de produção é de quase 56 milhões de quilos de conservas produzidas, dos quais perto de quarenta milhões foram exportados.

Registe-se que a conserva de sardinha, em azeite ou em óleo, foi o produto que se produziu e exportou em maior quantidade (36 e 31 milhões de quilos, respectivamente).

A exportação de peixe congelado, que se destinou a dezasseis países, foi cerca de 2,5 milhões de quilos.



Uma linha de trabalho numa unidade da indústria conserveira.

Alterações ao Código Civil

Entraram em vigor no passado dia 1 de Abril, profundas alterações ao Código Civil, tendo por objectivo um ajustamento deste Código aos novos preceitos constitucionais. Em certos aspectos, algumas alterações podem considerar-se verdadeiramente revolucionárias em relação à legislação existente sobre a matéria noutros países europeus. Num dos próximos números publicaremos uma nota informativa mais desenvolvida sobre este tema.

DIREITO DE FAMÍLIA

Assim, a maioria plena foi fixada em 18 anos e a maioria núbil (para poder contrair casamento) em 16 anos. Manteve-se a emancipação resultante do casamento, com base no princípio de que, à situação de casado, convém a plena capacidade de exercício dos direitos dela decorrentes.

No domínio do direito de família onde, por força dos princípios proclamados pela Constituição, se introduziram as alterações mais profundas, elas são particularmente notórias no que diz respeito a efeitos de casamento. Partindo do princípio constitucional de que nenhuma pessoa pode ser privilegiada, prejudicada ou sofrer discriminação em relação ao sexo, a lei estabelece a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. A direcção da família incumbe a ambos e desde que vivam em comum, quer estejam ou não ligados pelo matrimónio, o homem e a mulher têm o dever de contribuir para as despesas familiares e para a manutenção e educação dos filhos. Com esta disposição, a mulher doméstica passa a ter direito ao reconhecimento do valor social e económico do trabalho gratuito que presta em casa.

OBRIGAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA PARA O CASAL

Por força da lei, os cônjuges devem-se mutuamente, assistência e alimentação. Este direito-dever persiste para além do divórcio e da atribuição de culpas provadas em tribunal, dependendo, unicamente, da neces-

sidade de quem pede a pensão, da duração do casamento e da colaboração que o necessitado deu à economia familiar.

É aceite como fundamento de divórcio e separação judicial de pessoas e bens, «a violação culposa dos deveres conjugais», que comprometa gravemente a prática da vida em conjunto. Em princípio, a regra para que o divórcio se torne um facto é o comum acordo, através do qual o casal ratificará uma desunção já existente. Se não se verificar esse comum acordo, a ruptura conjugal consumar-se-á após seis anos de separação real.

DIREITOS DE HERANÇA

A lei apresenta uma outra novidade no que diz respeito à união não legitimada: a pessoa que tenha vivido maritalmente, mais de dois anos, com outra não casada ou separada judicialmente, tem direito a exigir meios de subsistência da herança do falecido. Na prática, isto quer dizer que os herdeiros legítimos não podem deixar ao desamparo aquele ou aquela que vivia, há mais de dois anos, com o pai ou com a mãe, à data da sua morte. Por outro lado, os esposos legítimos passam a herdar juntamente com os filhos, e se estes não existirem, ao cônjuge cabem sempre dois terços da herança.

DISTINÇÃO ENTRE FILHOS LEGÍTIMOS E ILEGÍTIMOS

Sublinha-se que deixa de haver distinção entre filhos legítimos e ilegítimos e que o poder paternal passa a ser exercido pelo progenitor a quem o filho está confiado. Assim, evitam-se situações injustas e traumatizantes para as crianças.

A lei considera que a paternidade é um acto livre. O Estado, porém, chama a si o dever de investigar acerca dos pais naturais, quando faltar o reconhecimento espontâneo.

Estabelece-se ainda um outro princípio básico importante: os pais, casados ou não, devem proporcionar aos filhos, particularmente aos que são física ou mentalmente diminuídos, o desenvolvimento físico e moral a que têm direito.

A idade dos portugueses

De acordo com uma estimativa publicada na revista do Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, havia em Portugal, no início deste ano, mais de cento e trinta mil pessoas com idade superior a 80 anos (42 mil homens e 88 mil mulheres) número que corresponde à totalidade das populações de Évora, Portalegre, Faro e Santarém.

No estudo em referência diz-se que, no começo do corrente ano, éramos quase dez milhões de portugueses (nove milhões e 820,7 milhares, mais precisamente), sendo cinco milhões e 875 milhares do sexo feminino. Este desfazamento demográfico verifica-se pelos números seguintes: no total, dos 20 aos 40 anos, havia mais 170 milhares de mulheres do que homens.

Segundo o mesmo estudo, a esperança de vida dos portugueses continua a subir, podendo concluir-se que um maior número de pessoas poderá chegar a idades avançadas. Assim, a idade mediana dos portugueses que era de 69 anos em 1950/51, subiu para a idade de 75 anos no final de 1975. Este facto confirma-se ainda pelo número de cidadãos que passaram a barreira dos 70 anos, mais de 635 milhares, e um milhão e 44 milhares com mais de 65 anos.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Estatística revelou que o ano de 1975 ficou assinalado por um número recorde de casamentos: foi ultrapassada a barreira anual dos cem mil.

A mortalidade infantil conheceu também uma apreciável redução: passou de perto de 92 mil óbitos, em 1950/51, para menos de 40 mil em 1975.

Novas moedas

O Banco de Portugal colocou em circulação as novas moedas de vinte e cinco escudos, que a Imprensa Nacional-Casa da Moeda realizou, a partir de desenho e projecto da autoria do escultor, numismata e gravador Norte de Almeida.

Esta primeira remessa de oito milhões de moedas, faz parte da emissão de quarenta milhões, aprovada em Dezembro de 1976.

A nova moeda de vinte e cinco escudos, de cuproníquel,

com 26,5 mm de diâmetro e 9,5 gramas de peso, destina-se a substituir as notas de vinte escudos que estão actualmente em circulação.

Vão também ser lançadas no mercado, em quantidades apreciáveis (seis milhões de cada), as moedas comemorativas do I Centenário de Alexandre Herculano, com os valores faciais de 2\$50, 5\$00 e 25\$00. É a primeira vez que, em Portugal, são emitidas moedas comemorativas destinadas a uso corrente.



As duas faces da nova moeda de 25\$00, já em circulação.

Cavaleiro Andante

Nº 26
1:80
SEMANÁRIO
JUVENIL

A PARTIR DO PRÓXIMO NÚMERO:

**TRÊS NOVAS HISTÓRIAS
ILUSTRADAS**

entre as quais a aventura maravilhosa de

VIRIATO

o heróico pastor que resistiu às legiões de Roma

Todas as semanas, gratuitamente:
**UM NOVO JORNAL PARA
CRIANÇAS**

O PAJEM

DO

«Cavaleiro Andante»



Capa de um número da revista «Cavaleiro Andante», de 1952, anunciando a publicação de uma história sobre Viriato, ilustrada por Garcês.

A BANDA DESENHADA EM PORTUGAL

O Clube Português de Banda Desenhada, levou a efeito na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa a sua 1.ª Exposição. Dias de Deus, membro do Clube, referiu, em declarações à imprensa, a importância da banda desenhada, salientando que a mesma constitui um tema «frequentemente incluído nas disciplinas de Português e Educação Visual», não existindo, no entanto, «nenhum manual disponível ou bibliografia acessível sobre o assunto». «Era necessário», acrescentou, «sair-se do âmbito limitado de uma conversa particular, para tentar uma explanação mais documentada e com maior auditório».

OS TEMPOS DO «CAVALEIRO ANDANTE»

O mundo da banda desenhada, das célebres «histórias aos quadrinhos», é extre-

mamente complexo e tem uma especificidade que muita gente, para seu mal, ignora. Falamos da banda desenhada que visa o público infantil e juvenil em idade escolar. A «fantasia» da moderna banda desenhada,

de que alguns artistas portugueses são notáveis exemplos, é uma fantasia realista, tomando de empréstimos à realidade situações exemplares, onde os sentimentos dos «heróis» são actuais, inspirando, portanto,

NUM DIA DE PRIMAVERA, NO ANO DA GRAÇA DE 16... UM JOVEM CAVALEIRO APELA-SE, DE UM SALTO, A PORTA DO PALACIO DE D. ALVARO DE LANCASTRE, NUMA VILA DO ALENTEJO. ERA PEDRO DE LANCASTRE, UM JOVEM FIDALGO, QUE, DESDE LISBOA, VIERA CAVALGANDO A TODA A BRIDA.

ESPIÕES DE CASTELA



D. ALVARO ENCAMINHOU-SE PARA A BIBLIOTECA E FECHOU A PORTA...

- Que aconteceu, Pedro? Dize-me!

- Há uma tremenda conspiração forjada por...

ENTRETANTO, A CHEGADA DO CAVALIRO NAO PASSARA DESPERCEBIDA. ATALDE, UM CRIADO QUE TINHA OUTRO AMO ALEM DE D. ALVARO, OCULTAVA-SE DO LADO DE FORA DA JANELA DA BIBLIOTECA, VINDO ENTAMEN...

- D. Telo Vasques há-de pagar-me bem esta informação!

D. ALVARO ENCAMINHOU-SE PARA A BIBLIOTECA E FECHOU A PORTA...

- Que aconteceu, Pedro? Dize-me!

- Há uma tremenda conspiração forjada por espiões inimigos de Sua Majestade el-rei D. João IV. E eu fui acusado de traição. Mas estou inocente! Alguém pretende a minha ruína!



Extractos de uma banda desenhada, publicada no «Cavaleiro Andante» e inspirada na revolução de 1640, que levou ao trono D. João IV.

sentimentos humanos, actuais, reais, junto do leitor.

Ultrapassada a fase de trabalho marginalizado, de labor quase ignorado, esta exposição veio demonstrar que temos artistas que são, seguramente, excelentes autores de banda desenhada. Como nota curiosa, para aqueles que gostam de saber os antecedentes e o pioneirismo da banda desenhada nacional, saliente-se que entre eles estão os obreiros de algumas das melhores histórias da célebre revista de há 25/30 anos, «Cavaleiro Andante», onde se apresentaram notáveis produções retiradas da História de Portugal ou de alguns dos melhores clássicos da literatura portuguesa. Foram os casos de obras de Alexandre Herculano, tais como «O Bobo», «Eurico o Presbítero», «O Monge de Cister», «A Dama Pé de Cabra». Vale a pena recordar ainda «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto, a par de uma história da vida de Luís Vaz de

Camões e de outra sobre Viriato e Os Lusitanos.

BANDA DESENHADA E PEDAGOGIA

A imprensa de banda desenhada, cujo inolvidável pioneiro será sempre Rafael Bordalo Pinheiro, apresenta singularidades diversas na sua história, entre as quais destacamos o facto de alguns dos nossos melhores desenhadores, no passado, terem sido marginalizados devido a uma preferência desabusada para com os sub-produtos de importação estrangeira, onde, amiúde, as ilustrações deixavam, em matéria de pedagogia, muito a desejar, constituindo, pelo contrário, autênticos apelos à violência e ao ódio, quando não descaradamente imbuídas de profundo racismo e outros «ismos».

A obra de divulgação e educação pela imagem, incontestavelmente comprovada

pelos mais proeminentes especialistas na matéria, parece, no entanto, finalmente reconhecida. Não foi por acaso que Dias de Deus revelou à imprensa que o Clube Português de Banda Desenhada tem vindo a ser «frequentemente visitado por professores de vários pontos do País em busca de informações e de orientação sobre o processo criativo das histórias aos quadradinhos».

A TÉCNICA PARA UM PÚBLICO ETERNAMENTE JOVEM

A clientela potencial das edições de banda desenhada, situa-se entre a população que vai dos sete aos quinze anos, grosso modo, no seio da qual se manifestam gostos e tendências particulares.

Os artistas de histórias aos quadradinhos têm de obedecer a coordenadas de certo



A 15 de Outubro de 1807, o general Andoche Junot recebia ordem do imperador Bonaparte para invadir a Península Ibérica. Junot marchou sobre a fronteira portuguesa com 38 peças de artilharia e 28.000 homens em 16 colunas, sendo 4 de cavalaria.

A este exército francês juntara-se o exército espanhol colaboracionista, que contava 30 peças de artilharia e 16.000 homens. Os portugueses, dispersos por um império imenso, não tinham então forças para sustentar o ímpeto desse exército esmagador.

«O Falcão», banda desenhada da autoria de Garcês: a história decorre no período das guerras peninsulares e das invasões francesas.



OS CINCO NAVIOS, UMA VEZ PASSADO O CABO DA BOA ESPERANÇA, SEM NOVIDADE DE MAIOR, FIZERAM ESCALA POR MOÇAMBIQUE. E LOGO, DEPOIS DE TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS...



...NOS PARTIMOS DE NOVO. ASSIM, A 5 DE SETEMBRO DE 1538, ENTRAMOS NA BARRA DE DIU. LEVÁVAMOS ORDEM DE GUARNECER A FORTALEZA, POIS RECEAVA-SE A ARMADA DO TURCO, POR CAUSA DA MORTE DO SULTÃO DE CAMBAYA, NUMA BATALHA COM O GOVERNADOR.

Imagens de uma banda desenhada, da autoria de José Ruy (1957), baseada na obra «Peregrinação», de Fernão Mendes Pinto.

modo rígidas, embora esta rigidez não lhes proíba a fantasia do traço e a imaginação. Os especialistas sabem que o público jovem prefere histórias ilustradas, e não texto compacto, ainda que numa só página. Sabem o valor que ele dá à «intriga» de uma história e como é sensível ao seu grafismo. Por isso não é possível ver envelhecer a banda desenhada, inspiradora que foi do cinema e, mais particularmente, «mãe» do cinema animado.

Editores, pedagogos, educadores e especialistas de diversas categorias, começaram a defender a necessidade da utilização da banda desenhada, não obstante para muita gente ela continuar a ser encarada como sinónimo de subdesenvolvimento mental e de cultura de baixo quilate. Claro que este último critério é variável e, como já o dissemos, existe banda desenhada e «banda desenhada», tudo depende daquilo que os

responsáveis escolhem para oferecer às crianças e aos jovens.

O REALISMO DA BANDA DESENHADA

Pela nossa parte temos vindo a falar da verdadeira banda desenhada, de que alguns trabalhos, na referida exposição, foram brilhante exemplo.

Para todos os efeitos a banda desenhada faz constante apelo — e desenvolve — o sentido crítico dos leitores. Quem se atreve a contestar — mesmo entre aqueles que desdenham os «quadrinhos» — que a criança de hoje, leitora assídua de livros de banda desenhada, com certa qualidade, já não é, de modo algum, igual à sua congénere de há dez, vinte anos?

Na verdade, as crianças e os jovens de hoje, dada a obra da boa banda desenhada, encontram-se mais preparados para enfren-

tar o mundo adulto da imagem e reconstruírem a sua própria cultura nacional — bem mais do que os adultos das gerações que não tiveram acesso à banda desenhada —, assim como para entenderem melhor os novos e modernos meios de comunicação social, sem por eles se sentirem agredidos.

Por todas estas razões, desde as histórias aos quadrinhos decalcadas da História-Pátria até ao simples e espirituoso humorismo de outras, a obra da banda desenhada e o papel dos artistas portugueses será imprescindível para criar nas crianças de hoje os adultos de amanhã, valorizando os valores humanos e a fraternidade entre povos e culturas diferentes.

A Exposição de Banda Desenhada, levada a cabo pelo referido Clube Português, foi uma mostra a todos os títulos ilustrativa das potencialidades que, muito sucintamente, estivemos a apontar.

«Sagres» dá a volta ao mundo

O navio-escola «Sagres», único exemplar de uma época já ultrapassada da nossa Marinha, iniciou já uma viagem à volta do mundo com a duração prevista de dez meses. O empreendimento, embora evidentemente não seja inédito, é no entanto digno desta gaivota esvoaçante que é o «Sagres», que bem merece ser visto ao lado dos melhores vasos do século passado, nesse museu vivo que, volta não volta, costuma percorrer os sete mares com toda a galeria dos seus mais prendados exemplares. O «Sagres», que é bem conhecido por esse mundo além-mar, partiu de Lisboa tendo

como destino inicial as cerimónias a realizar no porto de S. Diego (Estados Unidos), por altura do festival de Cabrilho, marcando a sua sempre saudosa e tradicional presença junto das comunidades portuguesas.

Os portos que o navio-escola escalará a seguir são Casablanca, Dakar, Port of Spain, La Guaira, Cartagena, Canal do Panamá, Acapulco, Ensenada, S. Diego, S. Francisco, Seattle, Vancouver, Honolulu, Midway, Nagasaki, Macau, Hong-Kong, Singapura, Malaca, Colombo, Aden, Suez, Alexandria, Toulon e, finalmente, Lisboa. Boa viagem «Sagres»!



Navio-escola «Sagres».

I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos

Decorreu na cidade do Porto o «I Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos».

«Fernando Pessoa, como ele próprio lembrou, pertence à pá-

tria da lingua portuguesa, uma das linguas mais faladas e importantes do tempo presente e do futuro», afirmou um dos participantes neste Congresso, Ar-

naldo Saraiva, na intervenção que efectuou nas instalações da Fundação Eng.º António de Almeida, onde se realizaram os trabalhos, com participantes e assistentes de dez países.

Fernando Pessoa, poeta de personalidade literária multifacetada, de quem, por muito que se diga e escreva a propósito, nunca tudo estará definitivamente dito ou escrito, teve Portugal e sua secular cultura e destino, como tema e preocupação constante. Primeira personalidade a detectar uma nascente crise nacional (de cultura também), ainda em gestação na sua época, a ele se devem algumas das mais lúcidas interpretações sobre o nosso devir.

O Congresso contou com 43 comunicações apresentadas por intelectuais portugueses e estrangeiros. De assinalar que entre as comunicações, foram revela-

dos novos heterónimos de Pessoa (personalidades literárias com vida própria, estilos de escrita e filosofias específicas criadas pelo poeta), destacando-se o de Alexander Searth, nome com que Fernando Pessoa, aos 18 anos de idade, assinou poemas e contos escritos em lingua inglesa.

Por outro lado, e no decurso deste I Congresso Internacional, a Fundação Calouste Gulbenkian revelou à imprensa que encetara negociações com a família de Fernando Pessoa para compra do espólio do poeta, constituído por textos inéditos e a sua biblioteca. O prof. Joel Serrão, por parte da Fundação Gulbenkian, e o prof. Miller Guerra, director do Instituto de Investigação Científica, estudam a possibilidade de levar a bom termo esta iniciativa, a todos os títulos importante para o nosso património cultural.



Fernando Pessoa, visto por Costa Pinheiro, num desenho datado de 1975.

Reabriu o Teatro D. Maria II

Depois de ter estado encerrado onze anos a toda a actividade teatral, na sequência do incêndio que o destruiu quase totalmente, o Teatro D. Maria II, também denominado Casa de Garrett (em homenagem a Almeida Garrett, seu primeiro director e eminente renovador do teatro português), viu agora, finalmente, abrirem-se as suas por-

tas, o que lhe possibilitará obter o lugar de destaque que incontestavelmente deverá vir a ocupar no nosso panorama teatral, como veículo de cultura e expoente das melhores interpretações da arte de Talma.

O edifício foi inicialmente inaugurado há 132 anos, a 13 de Abril de 1846. A última representação que aí se realizou, exac-

tamente na noite do incêndio, foi a da peça «Macbeth», de Shakespeare.

Desta feita, o Teatro Nacional reabriu com dois clássicos da nossa dramaturgia, «O Auto da Geração Humana», atribuído a Gil Vicente, e o «Alfageme de Santarém», versão em três episódios do drama escrito por Almeida Garrett.

Para aqueles que se não recordam de como seria o desaparecido «Nacional», eis um breve apontamento: as suas fachadas

eram de cantaria lavrada de coroas e de liras; o átrio tinha quatro colunas; o salão de espectáculos era todo de branco e oiro; a tribuna real perfilada de figuras decorativas; a boca de cena foi criada pelo tecelão Rambois e Cinatti e o tecto era da autoria de António Manuel da Fonseca. As restaurações ora efectuadas respeitaram, no essencial, o traçado primitivo, se bem que introduzindo nos interiores um pouco de sobriedade, mais de acordo com uma moderna sala de espectáculos.

Exposição sobre teatro português na Universidade de Salamanca

Com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian, o departamento de Português da Universidade de Salamanca (Espanha) levou a efeito uma exposição constituída por livros de teatro — que permitiram fazer o itinerário das principais etapas do teatro português —, assim como cartazes e fotografias sobre encenações realizadas em Portugal por alguns dos nossos melhores grupos cénicos. Os livros foram, posteriormente, todos oferecidos pela Fundação Gulbenkian ao departamento de Português daquela universidade.

Saliente-se que o departamento de Língua Portuguesa da Uni-

versidade de Salamanca, ao contrário do que se pode pensar vulgarmente, vem sendo testemunho de paixão e interesse crescente pela nossa cultura. Acrescente-se que o Instituto Português de Cinema colaborou nesta iniciativa com o filme «O Outro Teatro, ou as Coisas Melhores Pertencem a quem as Torna Melhores», realizado por António Macedo.

Esta promoção, que foi coroada de êxito, dá bem a prova cabal da necessidade e da viabilidade da aproximação de duas culturas e línguas irmanadas no mesmo projecto ibérico.

Acupunctura em Portugal



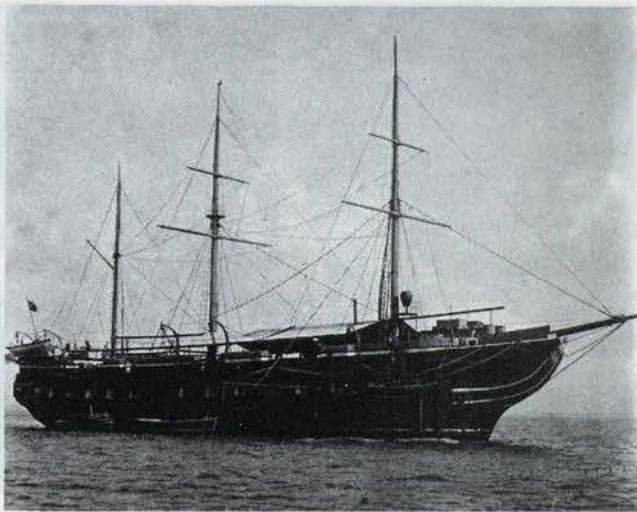
Símbolos chineses para «acupuncturas».

lou o quinzenário «Notícias Médicas». Esta nova agremiação destina-se a divulgar o interesse clínico e as vantagens da acupunctura entre os médicos e cirurgiões portugueses. Método utilizado com reconhecidos êxitos no Oriente, nomeadamente na República Popular da China, a acupunctura liga-se à prática de uma ancestral cirurgia, cujos resultados o tempo não desmentiu, acentuando, pelo contrário, a sua eficácia e completa segurança para a saúde do doente, factor reconhecimento duvidoso no caso dos anestésicos vulgarmente utilizados.

Uma das primeiras iniciativas da Associação é trazer a Lisboa um especialista, o dr. Borsarello, que, de 17 a 31 de Julho, ministrará na capital um curso de acupunctura.

Acaba de ser fundada, em Lisboa, a Associação Portuguesa de Acupunctura, segundo reve-

Eventual recuperação da fragata D. Fernando



A fragata D. Fernando, destruída por um incêndio em 1963.

A fragata «D. Fernando», encontrava-se fundeada no «Mar da Palha» (Tejo), funcionando como escola de grumetes da Obra Social da Armada, quando foi destruída por um incêndio no dia 3 de Abril de 1963, vindo a afundar-se, sem que até hoje tenha sido feita qualquer tentativa de recuperação, apesar da pouca profundidade a que se encontra.

Esta fragata foi o último navio à vela construído na Índia para a Marinha portuguesa, tendo sido lançada à água em 1843, facto que só por si atesta de como ela era autêntica peça de museu e marco histórico de fim-de-época.

Homenagem a Jaime Cortesão e Fernando Oneto

O «mérito excepcional da contribuição dada ao desenvolvimento da cultura portuguesa» pelo historiador Jaime Cortesão justificou a concessão, por diploma do Conselho de Ministros, de uma pensão vitalícia à sua viúva, D. Carolina Cortesão.

Por seu turno, o Ministério das Finanças fez publicar no «Diário da República», a concessão de uma pensão vitalícia, atribuída pelo Governo português, à viúva de Fernando Oneto,

A sua possível recuperação foi hipótese levantada no Centro de Estudos da Marinha, a propósito da recente projecção de três filmes nórdicos sobre a recuperação de barcos antigos. Os filmes, dois dinamarqueses e um sueco, relatavam as operações de recuperação de cinco barcos «Vikings» e de um navio de guerra.

No final da projecção, o vice-almirante Sarmento Rodrigues sublinhou o interesse da técnica focada nas películas, tendo em consideração a possível recuperação de bens do património naval português, nomeadamente a fragata «D. Fernando».

D. Ermelinda Solnado Porto Oneto. Ao conceder esta pensão o Governo «exprime o público reconhecimento da comunidade pelos méritos excepcionais de Fernando Oneto», salientando, por outro lado, o «valioso contributo» dado por aquele antifascista à causa da democracia e sublinhando, ainda, os sacrifícios suportados por ele e sua família «durante o largo período de luta».

Campeonatos lisboetas de atletismo



Novo «máximo nacional» para Nora Araújo.

O Sporting (masculinos) e o Benfica (femininos) triunfaram nos campeonatos lisboetas absolutos de atletismo. Notas salientes: a qualificação dos leoninos foi devida, sobretudo, à actuação brilhante de Fernando Mamede (5000 metros em 13 m. 44,1 s.), e o novo máximo nacional femi-

nino do salto em comprimento (6,03 metros) foi obtido pela promissora benfiquista Nora Araújo. Ainda uma referência é devida para o novo máximo nacional juvenil no salto à vara (4,30 metros) alcançado por João Rodrigues do Benfica.

Judo: António Roquete ganha medalha em prata de Metz

António Roquete, do «Judo Clube do Estoril», conquistou uma medalha de prata no Torneio Internacional de Judo de Metz (França). O judoca português, que competiu na categoria de menos de 78 quilos, apenas perdeu na final com o campeão europeu do ano passado, o polaco Adam Csyk.

Participaram no torneio mais três judocas portuguesas, todos do «Judo Clube de Portugal»,

dos quais o mais destacado foi José Branco, que se classificou em quinto lugar na categoria de 65 quilos, vencendo quatro combates e perdendo aquele em que se disputava o terceiro lugar. José Vítor Costa, da mesma categoria, não se classificou, apesar de ter ganho três combates, enquanto Carlos Dias, da categoria de menos de 75 quilos, que fez a sua estreia internacional, apenas ganhou um combate.

Volta ao Algarve em Bicicleta

A Volta ao Algarve em Bicicleta, disputada nas estradas do sul do País, incluiu cinco etapas, nas quais foi possível reunir todas as dificuldades e surpresas de uma prova de grande envergadura. Assim, houve montanha com a subida de Fóia, e percursos idênticos aos da Volta a Portugal.

Joaquim Andrade, do «Águias-Clock», foi o vencedor desta Volta ao Algarve, que terminou com um contra-relógio disputado na pista de Loulé. O triunfo de Joaquim Andrade constituiu inusitada surpresa nos meios desportivos, pois o vencedor envergou a camisola amarela logo na primeira etapa, resistindo a tudo

e a todos até final da prova, autêntica proeza nestes tempos um tanto «apagados» do nosso ciclismo. Nos lugares de honra colocaram-se Fernando Mendes e Adelino Teixeira, ambos com

um atraso final de 5 segundos. Nas classificações parciais venceram Carlos Santos em pontos, José Amaro nas metas volantes e Manuel Durão no Prémio da Montanha.

Basquetebol

A equipa principal de basquetebol do Sporting defrontou e derrotou um conjunto de jogadores do porta-aviões norte-americano «Nimitz» por 109-89, em partida realizada a bordo daquele vaso de guerra que esteve anco-

rado no estuário do Tejo. Presenciado por cerca de dois mil marinheiros, o jogo foi disputado segundo as regras norte-americanas, na primeira parte, e de acordo com as normas internacionais, na segunda.

Futebol: Matateu, um «marcador» que ainda joga

Em declarações ao vespertino «A Luta», um dos seis irmãos de Matateu, Vicente, recordou um pouco da vida daquele que foi o primeiro homem a abrir as portas do futebol português a jogadores oriundos das ex-colónias.

Algumas das recordações evocadas por Vicente, remontam a 1960, quando o Belenenses foi vencedor da Taça de Portugal, sob a direcção do treinador Otto Glória.

Falando sobre o seu irmão, Vicente declarou ao vespertino, nomeadamente: «Matateu não foi o valdevinas de que goza a fama (...). Mas as pessoas têm de compreender que ele foi o primeiro negro a vir para o futebol português, que não conhecia aqui ninguém, que se deslumbrou por uma vida que jamais sonhara (...). Para outros que vieram das colónias, foi diferente. Já tinham cá quem lhe abrisse os olhos».

Porém, o surpreendente nesta entrevista de Vicente é uma outra

revelação: é que Matateu, o goleador que foi do Belenenses e do Atlético, contando actualmente 53 anos, ainda joga futebol e... marca golos! Efectivamente, diz Vicente: «Matateu escreveu-me há dias a dizer que é o melhor marcador do Vitória de Vancouver, lá no Canadá!»



Matateu, com os troféus obtidos no primeiro ano (1969) da sua estada no Canadá.

Futebol: Benfica em digressão

A direcção do Benfica aprazou já a disputa de vários jogos no estrangeiro, após a época em curso e depois das férias obrigatórias dos jogadores.

O programa compreende os seguintes encontros:

Em Junho — Canadá e Estados Unidos, entre 3 a 5 jogos; presentemente estão marcados apenas três.

Em Agosto — Hamburgo,

dia 8; Torneio de Amesterdão, de 11 a 13; Salamanca, jogo previsto na transferência de Alves, dia 19 ou 20; Bélgica, jogo inserido no regresso de Alinho ao clube, dia 22.

Acrescente-se que na altura em que o Benfica se deslocar a Salamanca e à Bélgica, as transferências de José Alves e de Alinho estarão já «arrumadas».

Serviços telefónicos de Arganil

Prossiguem a bom ritmo os trabalhos de construção de um magnífico edifício para os serviços telefónicos desta vila, apesar de dificuldades surgidas com o inesperado aparecimento de um lençol de água nas fundações. O melhoramento, cuja falta a população local há muitos anos vem sentindo, é esperado com natural expectativa em toda a região.

Município da Póvoa do Varzim: um caso exemplar

Quando quase todos os municípios do País lutam com dificuldades financeiras que os obrigam a prodígios de equilíbrio na utilização dos respectivos orçamentos, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim acaba de obter um resultado digno de registo: fechar o exercício do ano findo com um saldo positivo de cerca de 35 mil contos.

Tal índice de sanidade administrativa permite-lhe não só encarar com relativa tranquilidade a sua gestão futura, como programar novas obras de grande alcance social, no interesse imediato dos respectivos municípios.

De entre elas — referiu à agência ANOP o presidente da edilidade, Manuel Tenreiro Carneiro, avultam um bairro de casas económicas com 420 fogos, um novo mercado municipal cujo valor ascende a 40 mil contos, um mercado de peixe apto a servir os utentes com comodidade e higiene, e também um conjunto de obras de menor porte no capítulo do saneamento e embelezamento urbanos, de valorização turístico-cultural e de apoio às infra-estruturas existentes em sectores básicos, como são o ensino e a saúde.

A Póvoa de Varzim vive e trabalha essencialmente para a pesca e para o turismo. Num e outro campo, o seu peso, tanto no conjunto distrital como no nacional, é importante. Relançar aquela e valorizar este, são tarefas — acentuou Tenreiro Carneiro à ANOP — em que o município apostou, como intérprete dos interesses populacio-

Milhares de peregrinos em Fátima

Em 13 de Maio, como tradicionalmente acontece todos os anos, registou-se na Cova da Iria enorme afluência de milhares e milhares de peregrinos. Além da grandiosa procissão das velas, para a qual terão concorrido muitos peregrinos que a pé percorreram quilómetros e quilómetros no caminho que leva das suas terras a Fátima, a nota predominante foram os «pagadores de promessas», pessoas das mais diversas profissões e classes sociais e oriundas dos mais afastados recantos de Portugal e, até, numerosos estrangeiros, que cumpriram assim o pagamento de promessas feitas à Virgem, em troca de pequenas e grandes benesses recolhidas durante o ano.

Com a presença do Cardeal Patriarca de Lisboa, a evocação

das «aparições de Fátima» (ocorrida, na sua data maior, a 13 de Maio de 1917, num domingo e no local denominado Cova da Iria a três pastores da serra, Lúcia de Jesus, Francisco e Jacinta Marto), foram mais uma vez motivo de católica celebração, em jornada de fé e esperança, para a qual contribuem todos os anos centenas de milhares de cidadãos portugueses, parte integrante, também, deste mesmo povo. Milagre, como gritava o povo em 1917, ou fenómeno natural, como diziam os cientistas, o certo é que hoje, e em Portugal, ninguém pode ignorar Fátima, santuário de meditação humana, com tudo o que ela comporta de dores, mas também esperança num mundo mais fraterno.



Peregrinos em Fátima.

Novas ambulâncias para o norte do País

A direcção do Serviço Nacional de Ambulâncias esteve reunida, no Porto, com os coman-

dantes das corporações de Bombeiros Voluntários do Norte. Depois de terem sido deba-

tidas as formas de distribuição de novas automacas pelas diversas corporações de bombeiros desta região, ficou decidido que serão entregues ambulâncias às corporações de Albergaria-a-Nova, Águeda, Mealhada, Albergaria-a-Velha, Figueira da Foz e Moreira da Maia. Serão ainda distribuídas, a breve trecho, outras unidades aos Bombeiros Voluntários de Famalicão, Póvoa de Varzim, Penafiel, Carvalhos (Gaia), S. João da Madeira, Braga, Bragança, Vila Real, Coimbra e Viseu.

Nova escola em Peso da Régua

Começaram os trabalhos de construção da Escola Secundária de Peso da Régua que, desde há 15 anos, constituía uma aspiração do povo daquele concelho. A futura Escola, que custará cerca de 100 mil contos, erguer-se-á na freguesia de Godim, integrada no plano de urbanização da vila de Peso da Régua.

Nova estrada em Montemor-o-Velho

Está já a funcionar a nova variante da estrada nacional n.º 111, junto a Montemor-o-Velho, a qual, nesta vila, atravessa a Quinta do Taipal, numa recta de 600 metros. Esta nova variante permite o escoamento mais rápido dos veículos no percurso Figueira-Coimbra e evita a passagem do trânsito pelo centro da vila.

Habitação em Monchique

Na Câmara Municipal de Monchique encontra-se aberto concurso para distribuição de um crédito de 1200 contos — o qual pode vir a ser ampliado — tendo em vista a recuperação de casas degradadas no âmbito do plano do Fundo de Fomento de Habitação. Recorde-se que, no ano passado, aquele município distribuiu 5300 contos que possibilitaram a recuperação de 70 fogos.

Açores e Madeira: Plano de Autonomia

Foi já enviado ao Governo da República pelos presidente dos Governos Regionais dos Açores e Madeira, um plano para concretização da autonomia político-administrativa, prevista na Constituição, para aqueles arquipélagos.

Neste âmbito, o Conselho de Ministros considerou que «os Governos regionais estão em condições de avaliar da oportunidade e das respectivas possibilidades e capacidade actual para absorverem a totalidade das competências inerentes à própria autonomia».

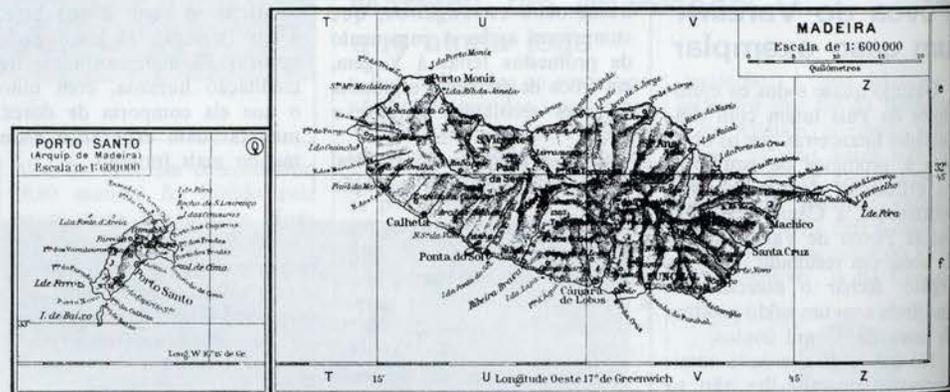
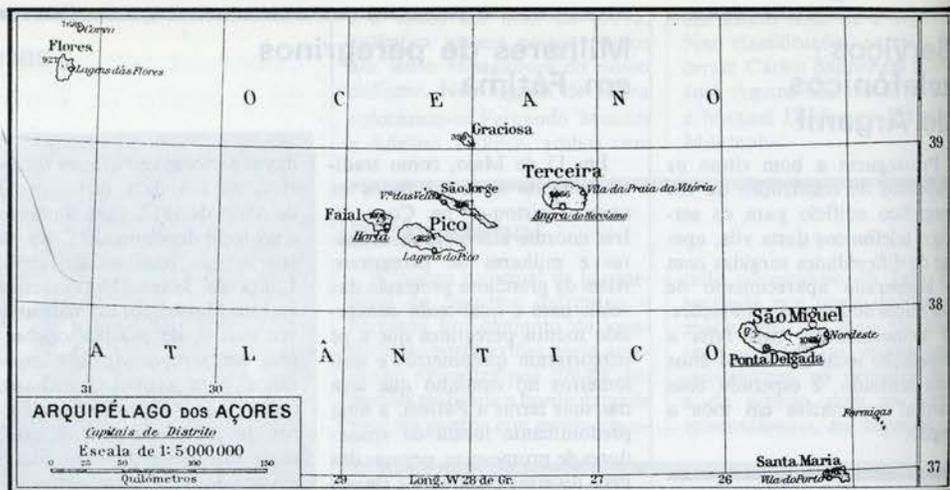
Assim, é do seguinte teor o texto da nota governamental, onde se dá conta da deliberação tomada no decorrer da primeira reunião plenária do Conselho de Ministros: «Considerando que a progressiva concretização da autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, no respeito da Constituição e pelos respectivos estatutos das regiões autónomas, é um dos principais objectivos consignados no Programa do II Governo constitucional;

«Considerando que se não encontram ainda aprovados os estatutos definitivos das regiões, cuja iniciativa compete às respectivas Assembleias regionais, em ordem à substituição dos estatutos provisórios aprovados em condições de assinalável precariedade;

«Considerando que as medidas e acções a tomar para que efectivamente se venha a consagrar em termos reais essa mesma autonomia devam ser harmónica e adequadamente integradas num conceito global de autonomia, prévia e rigorosamente delimitada no respeito pela Constituição;

«Considerando ainda que os Governos regionais estão em condições de avaliar da oportunidade e das respectivas possibilidades e capacidade actual para absorverem a totalidade das competências e responsabilidades inerentes à própria autonomia;

«O Conselho de Ministros, reunido em 15 de Fevereiro de 1978, deliberou solicitar aos presidentes dos Governos das re-



giões autónomas, através dos respectivos ministros da República, a apresentação até ao próximo dia 15 de Março de uma proposta de plano para a concretização da autonomia político-administrativa de cada uma das regiões, para habilitar o Governo da República a dinamizar acções com vista à concretização da autonomia político-administrativa prevista na Constituição e nos estatutos das regiões autónomas, em que designadamente seja referido:

«a) Concretização, faseamento e programação das transferências dos serviços periféricos e da atribuição de poderes que até ao presente pertencem à esfera própria da administração central para os órgãos próprios das regiões autónomas;

«b) Medidas concretas que permitam o adequado funcionamento dos serviços periféricos não transferíveis para a esfera de competência dos Governos regionais;

«c) Propostas para a institucionalização das relações a estabelecer no âmbito da reforma

administrativa entre o respectivo ministério e os Governos regionais;

«d) Medidas que conduzam à descentralização económica com reconhecimento efectivo dos direitos constitucionais das regiões autónomas em matéria de legislação económica, modalidades de acção para a sua concretização e programação da sua efectivação;

«e) Propostas concretas que efectivem a adequada participação activa das regiões na definição e execução das políticas fiscal e monetária, financeira e cambial, bem como na elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento;

«f) Medidas concretas, sua programação e formas institucionais que permitam, em perfeita convergência com o Governo da República, o desenvolvimento regional, sem prejuízo da autonomia das regiões e no espírito do reforço da solidariedade nacional;

«g) Regras objectivas e claras que disciplinem a organização dos orçamentos regionais e a

sua inserção no Orçamento Geral do Estado;

«h) Medidas que concorram para a eventual criação pelo Governo da República de uma zona de franquia aduaneira nas regiões, abrangendo os sectores comerciais e industriais;

«i) Definição concreta, e sua programação, das medidas a tomar pelo Governo da República no sector dos transportes e das infra-estruturas a ele ligadas, dentro do quadro da política nacional de transportes, por forma a minimizar os efeitos económicos e sociais da insularidade e facilitar as comunicações interilhas;

«j) Definição das medidas que conduzam à total cobertura das regiões pela RTP e pela RDP e a regionalização das emissões, sem prejuízo da programação a nível nacional;

«l) Quaisquer outras medidas, seu faseamento e programação da sua efectivação, que possam vir a completar a concretização da autonomia político-administrativa das regiões.»

Sport Club Lusitânia campeão

O Clube «Lusitânia» de Angra do Heroísmo, sagrou-se vencedor do Campeonato terceirense de futebol, pelo que estará presente no Torneio dos Campeões Açorianos, cujo vencedor por sua vez, ingressará, como representante do arquipélago, na III Divisão Nacional. Neste Campeonato, o Lusitânia realizou 14 jogos com 12 vitórias, 1 empate e 1 derrota. Como vem sendo tradicional, dois pontos foram perdidos frente ao seu velho rival, o Angrense, e outro foi «cedido» ao União Praiense.

Da classificação geral retiramos os nomes e números deste campeonato, sendo curioso assinalar que esta é a 38.ª vitória do Lusitânia em campeonatos similares:

CLASSIFICAÇÃO

Lusitânia	25 pontos
Angrense	23 pontos
Marítimo	16 pontos
União	13 pontos
Barreiro	11 pontos
Leões	8 pontos
Praiense	7 pontos
Vilanovense	5 pontos

Por outro lado, o quinzenário «Lusitânia», jornal associativo desta agremiação desportiva, recebeu do Governo Regional, por intermédio da Secretaria de Educação Física e Desportos, um subsídio de 25 000\$00, estinados a atenuar os encargos financeiros do mesmo, visto que boa parte dos seus envios se destinam a emigrantes portugueses, associados do Clube, radicados no estrangeiro.



Cabeçalho do quinzenário «Lusitânia», editado pelo Clube Lusitânia de Angra do Heroísmo.

Remessas de emigrantes açoreanos

Aumentam as remessas dos emigrantes originários dos Açores. Assim, em Janeiro deste ano, elas tiveram um aumento de 124,7 por cento relativamente a igual período de 1977.

O valor destas remessas, segundo informou o Banco de Portugal, subiu de 23 358 para 52 489 contos, dos quais 50 325 contos foram remetidos pelos açorianos radicados nos Estados Unidos e no Canadá, o que

representa 95,8 por cento do total das remessas enviadas para os Açores no passado mês de Janeiro.

As remessas dos emigrantes açorianos nos Estados Unidos totalizam 30 011 contos e as dos que se encontram no Canadá cifram-se em 20 314 contos, ou seja, acréscimos de 18 494 contos e 8696 contos, respectivamente, em relação aos valores de Janeiro do ano transacto.

Construção de um porto na Ilha Graciosa

O Governo Regional decidiu abrir concurso para a construção de um porto na Ilha Graciosa, cujo custo foi calculado em 183 000 contos, destinando-

-se a satisfazer as necessidades de tráfego inter-ilhas e; também, a fomentar as actividades de pesca com base nesta região autónoma, segundo um despa-

cho do ministro dos Transportes e Comunicações e sobre um projecto da Direcção-Geral de Portos, que mereceu a aprovação das entidades regionais.

O projecto envolve a criação de um molhe-cais com a extensão de 378 metros, com um troço de 248 metros orientado no sentido oeste-este e enraizado num antigo pequeno cais, e um outro, orientado para sueste, com a extensão de 130 metros, junto à Vila da Praia da Graciosa, na pequena baía junto à

povoação, na costa este da ilha, ao abrigo dos temporais mais frequentes.

A importante obra, a primeira de grande envergadura que se vai fazer numa região autónoma após o 25 de Abril, tem ainda amplas perspectivas na medida em que a criação da zona económica das 200 milhas fomentará inevitavelmente nos Açores um importante centro de actividade piscatória ligado às grandes potencialidades de pesca da região.

Conservatório Regional dos Açores

O secretário Regional da Educação e Cultura deste arquipélago, por despacho normativo, n.º 4/78, inserto no jornal oficial, determina as normas administrativas por que se regerá o Conservatório Regional dos Açores, enquanto se mantiver a situação actual, fixando as directrizes para cobrança de propinas, efectivação e contabilização das

receitas e despesas, categorias e remunerações, e ainda habilitações do pessoal docente, tudo confiado à responsabilidade administrativa da comissão instaladora, que prestará contas nos termos legais e fornecerá à Secretaria Regional da Educação e Cultura os elementos necessários ao controlo da gestão.

Festa do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada

As principais autoridades religiosas, civis e militares dos Açores incorporaram-se na procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, que durante cerca de duas horas e meia percorreu algumas das principais artérias de Ponta Delgada.

O Arcebispo de Boston, Cardinal D. Humberto Medeiros, o Bispo Coadjutor da Diocese de Angra e das ilhas dos Açores, D. Aurélio Granada Escudeiro, o presidente do Governo Regional, Mota Amaral, e o presidente da Assembleia Regional, Álvaro Monjardino, encontravam-se en-

tre os fiéis que participaram na procissão, cujo início foi anunciado com numerosos foguetes e uma salva de vinte e um tiros.

O Comandante Militar dos Açores, General Alves Morgado, o Comandante Naval, Almirante Adriano Carvalho, e o Comandante da Zona Aérea, Brigadeiro Conceição e Silva, incorporaram-se de igual modo na procissão, tal como todos os secretários regionais, a congressista norte-americana Margaret Hackler e as vereações de todos os municípios da ilha de São Miguel.



Procissão do Senhor Santo Cristo, em New Bedford (EUA), cidade onde reside numerosa comunidade açoreana (foto do jornal «Portuguese Times»).

Défice orçamental

O Governo da República Portuguesa garantiu a cobertura do défice orçamental da Região Autónoma dos Açores, que é aproximadamente de 1925 milhões de escudos, revelou o secretário Regional das Finanças, Raul Gomes dos Santos, ao regressar de uma viagem de trabalho a Lisboa, onde tratou de assuntos ligados ao departamento que chefia. O «grande espírito de compreensão e de abertura» encontrado junto do Governo Central, foi destacado por Raul Gomes dos Santos que, entre outros assuntos, tratou das receitas e despesas do futuro Fundo Regional de Abastecimentos, da situação das Caixas Económicas nos Açores e da actividade das companhias de seguros nesta região.

A pesca do cachalote

As canoas baleeiras da ilha do Pico arpoaram, recentemente, os primeiros cachalotes do ano, especialmente nos portos de Salão e São Mateus. Enquanto isto, a Secretaria Regional da Educação e da Cultura está a tratar da instalação, na referida ilha, de um Museu das Baleeiras, testemunho eloquente de muitos ignorados heroísmos, que ilustram localmente esta importante actividade ao longo dos últimos dois séculos.

O titular daquela Secretaria, Reis Leite, assinará em breve a escritura de aquisição de três «Casas dos Botes» na vila das Lajes do Pico, a fim de a partir delas se instalar o Museu.

Salientamos, como curiosidade histórica, que por altura da proclamação da independência das colónias britânicas da América do Norte, já umas duzentas embarcações da Nova Inglaterra chegavam a vir anualmente aos mares dos Açores em busca do cachalote. Um século depois ainda uma centena de barcos de New Bedford, no Estado de Massachusetts, vinha com o mesmo objectivo até às águas do Faial e do Pico, o que levou então alguns açorianos a desenvolverem eles próprios as então chamadas «Companhias Baleeiras».

Novas delegações da Caixa Geral de Depósitos



Jacinto Nunes.

Jacinto Nunes, administrador da Caixa Geral de Depósitos (CGD) deslocou-se à Madeira para assistir à inauguração de quatro novas agências daquela instituição bancária. Referindo-se ao movimento bancário da CGD do Funchal, Jacinto Nunes afirmou que, actualmente é de dois milhões de contos o valor dos depósitos recolhidos, mas os empréstimos concedidos são muito superiores a esse montante.

«Só para o sector do Turismo — acrescentou — foram autorizados empréstimos na ordem dos novecentos mil contos.»

O presidente da CGD salientou ainda o apoio que está a ser dado às autarquias locais para as quais existe uma linha de crédito bonificado para saneamento básico. No caso específico da Madeira, está a ser desenvolvida uma acção de apoio à habitação e produção vinícola. As agências agora inauguradas situam-se em Machico, Ribeira Brava, Santana e S. Vicente.

Obras em Porto Santo

O presidente do Governo da Madeira, que efectuou uma visita particular à ilha de Porto Santo, anunciou à agência ANOP que o plano local de política aero-portuária será definido até ao fim do corrente mês de Junho.

Alberto João Jardim afirmou que «o ministro da República prometeu uma resposta muito concreta sobre o assunto no decorrer do segundo trimestre deste ano». Declarou, também, que existem problemas no Centro de Saúde de Porto Santo, sobretudo no que se refere ao apetrechamento técnico e humano, adiantando, contudo, que,

fora do Funchal, o estabelecimento hospitalar Portosantense é talvez o que dispõe de melhores condições. O chefe do executivo madeirense informou ainda que o Governo a que preside vai aceitar uma proposta do Laboratório Nacional de Engenharia Civil no sentido de se fazer um plano sobre a ilha, através do qual se possa equacionar, entre outros projectos, a questão do aproveitamento das águas.

Comemorações do «10 de Junho» de 1979



Alberto João Jardim.

O presidente do Governo Regional vai propor a Madeira para sede das celebrações do dia 10 de Junho de 1979.

Alberto João Jardim solicitou audiência ao presidente da República para abordar, entre outros pontos, as comemorações do Dia de Portugal, no próximo ano. O encontro foi solicitado para a altura em que o presidente do Governo Regional regressará do Canadá, depois de participar nos festejos do XXV Aniversário da Comunidade Portuguesa residente naquele país.

Feira do Livro

Decorreu na cidade do Funchal a Feira do Livro, certame que se vem realizando desde há quatro anos, como iniciativa da Comissão de Actividades Culturais da Câmara Municipal do Funchal.

A Exposição-Feira do Livro contou com sete pavilhões de seis livrarias locais e um outro dedicado a organismos oficiais.

No decorrer do certame houve actuações de ranchos folclóricos e no dia de encerramento uma manifestação dedicada às crianças, na qual se incluíram peças de teatro de fantoches.

Garcia Leandro visitou a China



Garcia Leandro.

«As autoridades chinesas encaram as relações entre Portugal e a República Popular da China apenas como uma questão de tempo, cujo processo está em desenvolvimento», declarou o governador Garcia Leandro, quando chegou a Macau depois de uma visita de 18 dias àquele país.

Em breves declarações à imprensa, o coronel Garcia Leandro revelou que tivera dois encontros oficiais com os responsáveis principais da província de Kwang Tung, em Cantão, e que fora muito bem recebido «em toda a parte, com uma franqueza muito grande dos responsáveis chineses».

Depois de recordar que a visita fora feita «a convite das entidades oficiais daquele país», Garcia Leandro reafirmou o facto da mesma representar claramente um marco importante para a estabilidade de Macau e para a aproximação dos povos português e chinês.

Nova pousada em Macau

O Governo de Macau aprovou um projecto apresentado por um comerciante local, que prevê a transformação da Fortaleza de S. Tiago da Barra numa pousada de características tipicamente portuguesas. As obras de adaptação a realizar na fortaleza deverão estar concluídas dentro de dois anos, não sendo permitido aos construtores alterar o actual estilo arquitectónico; pelo contrário, está prevista a recuperação de algumas muralhas, guaritas e fortificações existentes. De notar que a Fortaleza de S. Tiago da Barra, construída em 1629 e considerada monumento nacional, se situa num local sobranceiro à República Popular da China.

PORTALEGRE



Portalegre: frontaria da Sé Catedral

Portalegre é cidade antiquíssima e de remota construção, testemunhada, ainda hoje, no traçado das ruas e vielas tortuosas e estreitas, resumindo em si a estratégia arquitectónica da época guerreira em que a cidade foi edificada.

Se o tempo trabalhou para diluir as recordações existentes sobre a fundação da cidade, esta ganhou foros de lenda, coisa que, aliás, acaba por vir a dar no mesmo, volvidos alguns anos, com as investigações mais recentes a confirmarem a veracidade histórica da lenda que, afinal, não é mais do que a memória dos eventos, passada de pais para filhos, de geração para geração. De qualquer dos modos, parece que a cidade já existia no tempo dos romanos, embora com localização diferente da que hoje se lhe conhece.

Existem testemunhos, da responsabilidade de Frei Amador Arrais, afirmando que a cidade foi edificada com materiais aproveitados da antiga cidade de Medobriga, fundada por Brigo, quarto rei de Espanha.

A LENDA

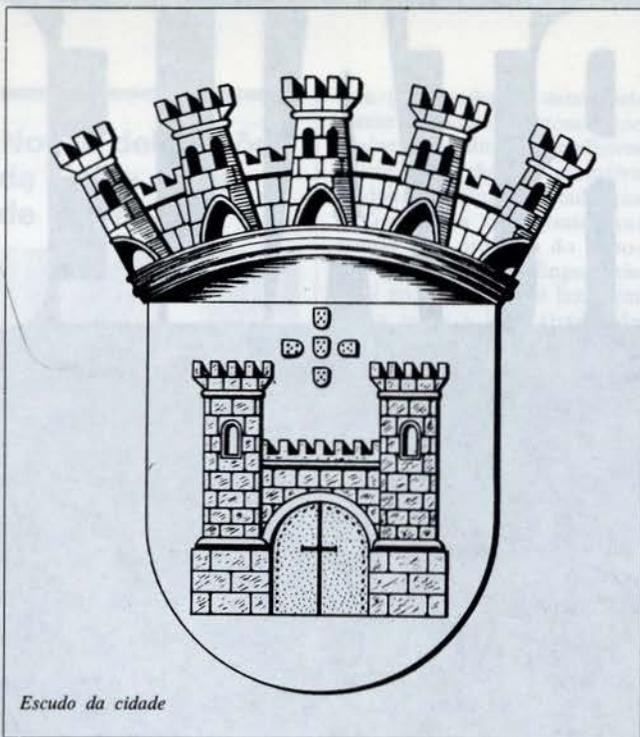
É o mesmo Frei Amador Arrais que nos diz que os trabalhos da edificação de Portalegre se desenrolaram cerca de 1900 anos antes da nossa era.

Efectivamente, segundo uma lenda de inspiração latina, ainda hoje vulgarizada, teria sido um filho de Baco, Lysias, que um belo dia, enamorado da beleza destas paragens, mandou edificar uma fortaleza e um templo consagrado a Dionísio segundo uns, ou a Baco, segundo outros. Na realidade tais construções, com estas ou outras funções, existiram no local onde se situa hoje a ermida a S. Cristóvão. De facto, perto destas últimas, o arroio que ali corre é ainda vulgarmente conhecido pelo nome de Ribeiro de Baco.

De acordo com esta mesma lenda, Lysias teria dado à povoação o nome de Amaya ou Ameia.

A Idade Média com as suas lutas territoriais, responsáveis pelo traçado da geografia política da Europa desses tempos, reduziu a então pequena povoação a ruínas.

Existe uma outra versão que diz ter vindo o nome da cidade de Portus Alacer. Portus era um local entre a Penha de S. Tomé e a Cabeça de Mouro.



Escudo da cidade

PORTALEGRE E OS REIS DE PORTUGAL

Em 1259, D. Afonso II mandou edificar o sítio onde existiam umas vendas — cuja importância se presume grande dentro da contextura política de então — conhecidas sob o nome de Portêlos. Daqui parece ter vindo o nome de Portalegre, talvez por deformação oral e vicissitudes, várias, normais a tantos nomes de outras tantas terras de Portugal. Porém, com a nova povoação recém-formada sucedeu o mesmo que à sua antecessora: destruições diversas em virtude das lutas incessantes entre cristãos e mouros.

D. Dinis, em 1290, mandou edificar forte castelo, hoje desaparecido, com duas majestosas muralhas de doze torres e oito portas. Destas coevas muralhas existem ainda hoje vestígios em bom estado de conservação. Finalmente, em 1549, D. João III, criou o bispado de Portalegre.

ELEMENTOS SOCIO-ECONÓMICOS

A indústria portalegrense é notável a diversos títulos. Dela podemos salientar, dado o seu recente incremento e representatividade, a fábrica «Finicisa», que produz fibra de poliéster, correspondendo à crescente procura deste material por parte da indústria têxtil, com uma capacidade de produção que atin-

giu cerca de 3 mil toneladas, no ano de 1966, para, dez anos mais tarde, em 1976, alcançar as 18 mil toneladas. Acrescente-se que se esta firma — que exportou em 1975 um total de 13 milhões de contos — não existisse, obrigaria Portugal a importar fibras de poliéster, prejudicando assim, seriamente, a nossa balança de pagamentos com o estrangeiro.

Porém, a indústria portalegrense é constituída ainda por outras unidades não menos importantes, onde se fabricam rolinhas e cortiça comprimida, tapetes e tapeçarias, sedas, refrigerantes, mosaicos, canastras e cestas, cantaria, moagem, pimentão, carpintaria e marcenaria, azeite, etc. Existem, também, tradicionais especialidades que talvez não possamos classificar como industriais, tais como as dos doces de marcado cunho regional e alguma fama.

ASSOCIATIVISMO

A cidade conta nas suas tradições, com notáveis agremiações, associações e cooperativas de consumo, de produção ou simplesmente culturais e recreativas, vindas em linha directa do surto libertário e sindicalista dos fins do século XIX. Entre elas algumas se destacaram pela expansão e obra realizada, tais como a Cooperativa Operária Portalegrense, Montepio Operário Artístico Portalegrense, So-

cidade União Operária, Banda Euterpe Portalegrense e o Clube Republicano.

IMPrensa LOCAL

A imprensa local, de ontem e de hoje, tem vindo a desempenhar importante papel no desenvolvimento das potencialidades da cidade e sua região. Os jornais regionais, cada qual dentro da sua específica orientação, têm vindo denodadamente a manter viva a chama sagrada dos interesses locais e regionais. De resto, cabe aqui particular destaque para a imprensa regional, cuja sobrevivência continua ameaçada, pois é ela que de modo indiscutível têm vindo a servir como elo de ligação entre as comunidades portuguesas que trabalham no estrangeiro e as respectivas terras de origem. Citamos alguns jornais de Portalegre que se têm vindo a publicar ao longo dos anos: «O Distrito de Portalegre», «A Voz Portalegrense» e «Correio de Portalegre». Entre eles destacam-se «A Rabeca» e «O Distrito de Portalegre», que ainda se publicam.

A CIDADE

Portalegre oferece relevantes curiosidades ao visitante, com os seus belos e vetustos edifícios, de fachadas trabalhadas com primor, denunciando no traço as reminiscências do século XVII, altura em que abundaram na cidade os artistas de esmerada colher para alvenaria, obreiros ignorados dos palacetes abronados.

A par da velha urbe, por onde a história respira, ainda, as suas narrativas e façanhas, vários jardins dão-lhe espaços verdes e pulmões coloridos, amenizando uma paisagem urbana a todos os títulos repousante e benéfica.

Subir ao alto do miradouro natural de S. Cristóvão é, sem dúvida, uma viagem obrigatória, se se quer admirar a beleza panorâmica da cidade. Efectivamente, daí se pode apreciar o maravilhoso quadro do casario, emoldurado em seu típico alvinitente.

Portalegre, terra branca, faz as honras do Alto Alentejo, num conjunto natural a que a sua serra — S. Mamede —, servida por uma estrada de cerca de quinze quilómetros até ao ponto mais alto — 1025 me-



Vista parcial da cidade



Um largo característico, com o seu fontanário



Escultura flamenga (séc. XV) Museu Municipal



Cruzeiro e um aspecto da cidade



Túmulo de D. Jorge de Melo, Convento de S. Bernardo



Igreja dos Mártires



Sé Catedral: Altar-mor em talha dourada



Pórtico do Convento de S. Bernardo

José Régio e Portalegre

27



José Régio à entrada de sua casa, em Portalegre

«Em Portalegre, cidade
Do Alto Alentejo, cercada
De serras, ventos, penhascos, oliveiras e sobreiros,
Morei numa casa velha,
Velha, grande, tosca e bela,
À qual quis como se fora
Feita para eu morar nela...

Cheia dos maus e bons cheiros
Das casas que têm história,
Cheia da tênua, mas viva, obsidiante memória
De antigas gentes e traças,
Cheia de sol nas vidraças
E de escuro nos recantos,
Cheia de medo e sossego,
De silêncios e de espantos,
— Quis-lhe bem, como se fora
Tão feita ao gosto de outrora
Como ao do meu aconchego. (...)

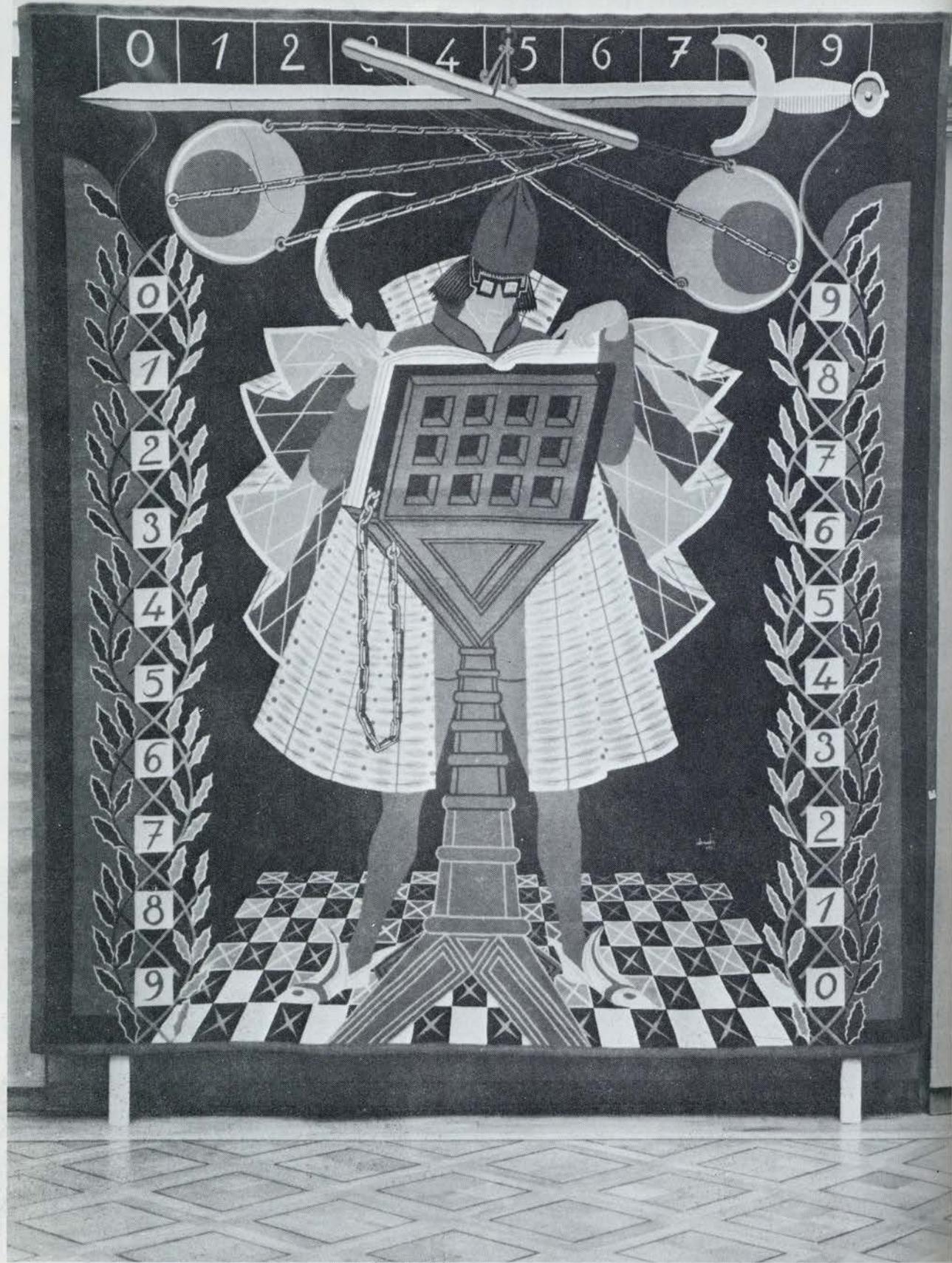
(in *Fado*, Obras Completas, Portugália Editora, 1971)



Aspecto exterior da Casa-Museu José Régio



A sala de esculturas da Casa-Museu



«As Contas», tapeçaria de Portalegre, da autoria de José de Almada Negreiros



Tapeçaria de Portalegre: «Restauração» de João Tavares (1959), evocando a sublevação patriótica de 1640

tros —, vem acrescentar um conjunto de panoramas inusitados, para quem só conhece do Alentejo a charneca inóspita e morna.

CASA-MUSEU DO POETA JOSÉ RÉGIO

Foi esta Casa-Museu fundada pela Câmara Municipal da edilidade, com o espólio de arte antiga reunido pelo poeta. Abriu pela primeira vez ao público em Maio de 1971 e encontra-se instalada na residência do Alto da Boa Vista, onde o escritor viveu quando leccionava no Liceu Nacional de Portalegre.

A colecção é formada, na sua quase totalidade, por peças de arte popular, religiosa ou profana, essencialmente recolhidas na região através das buscas incessantes de José Régio. Da arte religiosa são de salientar a colecção de Cristos em madeira, entre os quais se conta um de estilo gótico, do século XV, e uma imagem de Santa Catarina, de origem francesa, do século XVI.

Ex-votos, alminhas, lâminas, alguns marfins, ferros forjados, estanhos, oratórios, além de diversas curiosidades do primitivo artesanato alentejano e beirão, constituem outros tantos

pólos de atracção na visita a esta Casa-Museu.

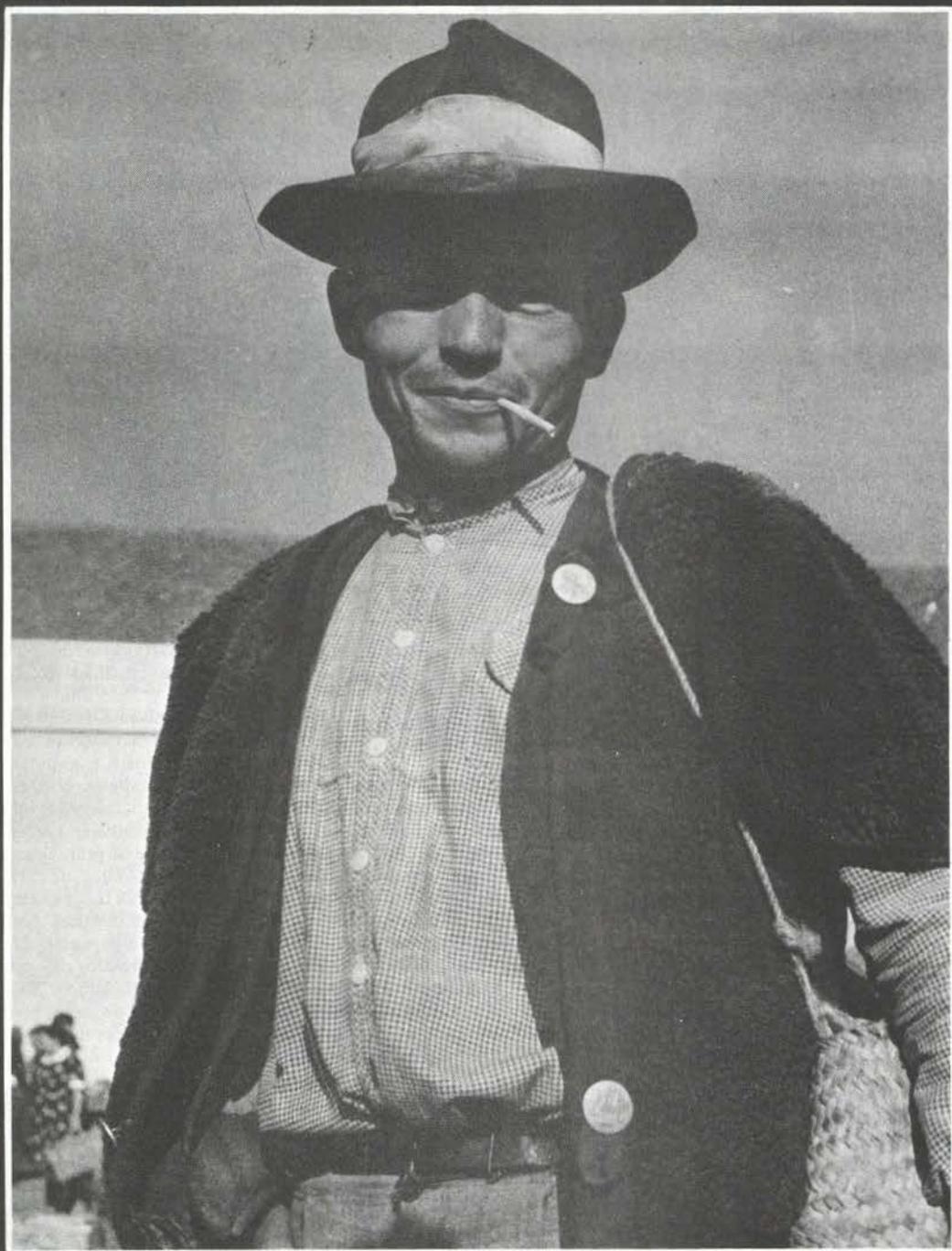
MUSEU-BIBLIOTECA MUNICIPAL

Instalado no antigo Seminário Diocesano, este edifício, fundado nos fins do século XVI pelo Bispo D. Frei Amador Arrais, guarda peças de grande valor. É digna de referência a placa ou lápide comemorativa de Amaya, povoação que, para alguns, originou a cidade actual. O recheio fundamental deste Museu é constituído por peças de ornamental religioso; contudo, existem ainda peças da arte indo-

-portuguesa do século XVII e um crucifixo do século XVIII de grande dimensão. Salienta-se também a secção de mobiliário, estilo renascença, cómodas estilo D. João V e móveis orientais. Das alfaias e ourivesaria religiosa, destaca-se uma custódia quinhentista, um cálice e uma píxide de prata dourada. É notável a série de pratos do século XVII, das fábricas de Lisboa, Estremoz, Norte de Portugal e Espanha. Alguns tapetes de Arraiolos das primeiras épocas — séculos XVII-XVIII —, caixas de rapé e chávenas de porcelanas da China completam o recheio do Museu.



Portalegre: duas imagens referentes à indústria de tapeçaria, na qual o rigor de execução e acabamento é determinante na realização de cada obra



Escritores como Fialho de Almeida, Brito Camacho, Antunes da Silva, Manuel da Fonseca e tantos outros, dedicaram muitas páginas ao trabalhador rural alentejano, elogiando a sua dignidade, o seu estoicismo, a sua abnegação. O seu contributo é decisivo para o efectivo desenvolvimento económico, social e cultural do distrito de Portalegre.

«Correio do Ribatejo»

Este semanário da imprensa regional, dirigida pelo dr. Virgílio Arruda, e editado em Santarém, comemorou recentemente os seus 87 anos de vida, data só por si eloquente da sua representatividade na galeria da imprensa regional portuguesa.

«Correio do Ribatejo» foi desde a sua primeira hora grande paladino do regionalismo ribatejano, promotor e incentivador de diversas e relevantes iniciativas e, por outro lado, longe de limitar o seu papel ao noticiário local, tem sido veículo de divulgação cultural, histórica e artística, não só da região que tem procurado servir, mas de todo o País. Dele podemos dizer, sem exageros, que se coloca entre os mais dignos e bem elaborados semanários regionalistas, fazendo «inveja», nalguns aspectos, a muitos periódicos de âmbito nacional.

Porque trabalhamos à nossa mesa com o «Correio do Ribatejo» e conheçamos o seu labor isento e honrado, daqui lhe dirigimos as nossas saudações, assim como sinceros votos de continuidade em prol da causa de bem servir e informar o povo ribatejano.

«Distrito de Portalegre»

Entrou no ano do seu centenário o periódico regionalista «Distrito de Portalegre» que nesta cidade se publica sob a direcção de José Dias Heitor Patrão, como defensor dos interesses regionais. Como se pode ler no seu número de aniversário, «não é frequente celebrar-se o 99.º aniversário», no entanto, recorda-se este singular acontecimento, considerado «banal na história da vida de qualquer coisa, mas significativo na quantidade de anos que leva já a publicar-se».

«Distrito de Portalegre» é, de facto, periódico de idade significativa de uma permanência de uma permanência tanto mais desejada quanto são bem reais as dificuldades de sobrevivência para a imprensa regional. Por isso, lhe endereçamos os nossos votos de longa e próspera vida.

Encontro da Imprensa Regional Algarvia em Tavira

Para assinalar o 5.º aniversário da sua publicação, o periódico regionalista «O Távira» promoveu um «Encontro da Imprensa Regional Algarvia», que constituiu jornada de convívio e de trabalho dos responsáveis que, a nível distrital servem a comunicação social.

Assim, estiveram presentes no Encontro os representantes dos jornais algarvios «A Voz de Loulé», «Barlavento», «Folha de Domingo», «O Grusa», «O Távira», «O Algarve», «O Olhanense», «O Nosso Jornal», «A Avezinha» e da Radiodifusão Portuguesa do Sul.

Na Câmara Municipal de Tavira, durante uma recepção aos participantes, o presidente do município, eng.º João Rocha Prado, salientou a missão da comunicação social ao serviço do desenvolvimento e da promoção da região. Seguiu-se a homenagem ao falecido jornalista Sebastião Leiria, com o descerramento de uma placa comemorativa no jardim público desta cidade.

Finalmente, teve início a sessão de trabalho numa sala do Aldeamento. Em intervenções plenas de interesse, de actualidade e sentido dos problemas e das responsabilidades da imprensa regional no presente contexto da vida portuguesa, os representantes da imprensa regional analisaram as questões que afectam o sector. A redução dos portes de expedição dos jornais para o estrangeiro, os elevados custos de produção e de expedição, a necessidade de o Estado apoiar de forma efectiva o custo do papel, assim como a grave situação económica de grande das empresas editoras e a criação das associações de jornais e jornalistas do Algarve, foram algumas das questões abordadas pelos participantes. De assinalar que foi aventada a hipótese de ser editado um jornal diário para todo o Algarve, porém, dadas as condições de difícil sobrevivência da imprensa regional, tal iniciativa não se assemelha, para já, viável.

Feiras

Feira do Carmo

Promovida pela «Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo», com o apoio da Comissão Regional de Turismo do Algarve e da Câmara Municipal de Faro, vai decorrer, de 15 a 31 de Julho, mais uma edição da secular «Feira do Carmo». O certame, que no ano transacto foi transferido para o Largo de São Francisco, onde este ano voltará novamente a realizar-se, incluirá representações das actividades industriais e comerciais do Algarve.

Póvoa de Lanhoso: festas do lugar de São Pedro

O lugar de São Pedro vai ter de novo as suas tradicionais festas. Este ano, a sua comissão organizadora, de modo a não estorvar as festas de lugar do Horto, decidiu realizá-las nos dias 1 e 2 de Julho. A organização conta com a contribuição de conjuntos musicais oriundos de Castelo da Maia e Vila Nova de Gaia. Outras iniciativas estão previstas, como seja ornamentações, iluminações, passatempos infantais, bazar de prendas, etc. Estas festas, que tradicionalmente contam com a presença de muitos naturais regressados do estrangeiro, em período de férias, procura continuar a tradição de fraternidade e alegria entre a comunidade local, cujos pergaminhos tão baarristicamente têm sido defendidos ano após ano.





REIS DE ESPANHA VISITARAM PORTUGAL

Juan Carlos e Ramalho Eanes: o encontro histórico em Guimarães.

Na véspera da sua chegada a Lisboa, o rei Juan Carlos dirigiu ao povo português uma «saudação de amizade e respeito», numa mensagem transmitida pela RTP e na qual o soberano espanhol afirmava, nomeadamente:

«O sentido universal que tem caracterizado os nossos povos através da História ajudar-nos-á nos caminhos paralelos para colaboração e integração em âmbitos cada vez mais amplos. Mas há-de também levar-nos a consolidar as nossas relações mútuas sobre bases políticas e sociais adequadas à nossa época e aos ideais de responsabilidade e participação por que optaram os nossos povos».

«UMA POLÍTICA EXTERNA ORIENTADA NA MESMA DIRECÇÃO»

Em entrevista concedida à televisão portuguesa, também o ministro espanhol das Relações Exteriores, Marcelino Oreja — que acompanhou o rei Juan Carlos nesta visita oficial —, fez votos para que as relações entre as duas nações ibéricas sejam «sólidas e intensas», seguindo «uma política externa orientada na mesma direcção».

Marcelino Oreja confirmou ainda que «dentro de um prazo muito breve» deverão ser abolidos os passaportes entre Portugal e Espanha, faltando apenas resolver «problemas meramente técnicos e administrativos». «Estamos abertos a esses acordos e penso que as autoridades portuguesas também estão», acrescentou.

Entrevistado igualmente pela RTP, a propósito da visita do soberano espanhol ao nosso País, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, depois de se referir às relações entre os dois países, salientaria que, «tal como todos aqueles que, na Europa e no mundo, se sentem de algum modo solidários com os destinos

INÍCIO DE UMA NOVA ERA NAS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES IBÉRICOS

O rei Juan Carlos de Espanha, acompanhado pela rainha Sofia, efectuou uma visita oficial ao nosso País, a convite do general Ramalho Eanes.

Em Guimarães, cidade considerada como «berço da nacionalidade», o Presidente da República e o rei de Espanha procederam à assinatura formal do Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Cooperação, o qual, como noticiámos, foi primeiramente rubricado em Madrid, no final do ano passado, pelos chefes de Governo dos dois países, Mário Soares e Adolfo Suarez, e havia já obtido a aprovação da Assembleia da República Portuguesa e das Cortes espanholas.



O rei Juan Carlos e a rainha Sofia.

da Espanha e do seu povo, em Portugal existe grande admiração pelo jovem rei que, em período recente da história do seu país, que se adivinhava e temia tão erçado de dificuldades, soube, ao assumir

as mais altas responsabilidades do Estado, conduzi-lo com lucidez e coragem no caminho da democracia e da paz».

Em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda, o rei Juan Carlos condecorou com a Real Ordem de Carlos III — a mais importante condecoração espanhola — o general Ramalho Eanes, que, por sua vez, distinguiu o monarca com o Grande Colar de Sant'Iago da Espada. À cerimónia estiveram presentes, entre outras individualidades, o Primeiro-ministro, o presidente da Assembleia da República, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o ministro dos Negócios Estrangeiros e membros do Conselho da Revolução.

«DESAFIO À NOSSA CAPACIDADE CRIADORA»

«Ensina-nos a história comum que só na convivência e cooperação, respeitados os interesses dos nossos respectivos Estados, é possível contribuir para essa Europa a que pertencemos e em cujas comunidades política e económica queremos integrar-nos», disse o Presidente da República ao discursar no final do jantar com que obsequiou os reis de Espanha.

«No grande espaço europeu — continuou o general Ramalho Eanes — as nações estão hoje mais próximas e manifestam esperança e desejo de maior solidariedade. Mas os tradicionais egoísmos dos Estados e a natural procura dos interesses próprios pelos diferentes grupos sociais não escondem, aqui e além, laivos de desconfiança que não seria razoável ignorar. Cabe-nos a nós, espanhóis e portugueses, vencer a batalha psicológica que permitirá dissipar as preocupações de um mundo ainda perturbado por contradições resolúveis. Essa batalha é um desafio à nossa capacidade criadora».

O Presidente Eanes acentuou ser-lhe grato verificar que em ambos os lados da fronteira se estão a dar passos muito positivos no sentido de uma cooperação mais estreita. «Um dos maiores será, sem dúvida, a cooperação na defesa dos direitos humanos, que nos é imposta pela índole e vocação dos nossos povos», acrescentaria Ramalho Eanes.

«UMA REGIÃO DE CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA»

Em resposta ao discurso do Chefe de Estado português, o rei Juan Carlos afirmou que Portugal e Espanha são chamados a reforçar a importância estratégica do extremo

sudoeste da Europa, criando aí uma «região de convivência democrática, em liberdade, justiça e paz; uma zona de progresso cultural e de avanço tecnológico».

«Portugal e Espanha — acentuou, mais adiante, o monarca — situados na encruzilhada da Europa com a África, na fron-

teira do Mediterrâneo com o Atlântico, no posto mais avançado do continente europeu voltado para a América, são chamados a uma grande cooperação em que o seu desenvolvimento político, económico e cultural pode reforçar ilimitadamente a sua excepcional situação geográfica. Para tanto é preciso que imaginemos fórmulas realistas, mas válidas, de colaboração. Felicito-me pelo facto de, recentemente, com a visita a Espanha do vosso Primeiro-ministro, dr. Mário Soares, termos podido assinar um tratado de amizade que substitui um pacto político anterior que já tinha perdido a sua eficácia. Este novo tratado de amizade deve ser o instrumento realista do nosso trabalho comum».

Durante o segundo dia da sua estada em Lisboa, o rei de Espanha recebeu em audiência, no Palácio de Queluz — onde ficou instalado durante esta visita oficial —, o Primeiro-ministro, Mário Soares, e, mais tarde, o corpo diplomático acreditado na capital portuguesa.

Juan Carlos visitou ainda a Fundação Gulbenkian, aí inaugurando uma exposição de pintura espanhola contemporânea, e depôs uma coroa de flores no monumento aos Navegadores, em Belém, tendo depois visitado o Instituto Espanhol, a Câmara Municipal de Lisboa e a Assembleia da República.

A noite, o Primeiro-ministro ofereceu aos soberanos espanhóis um jantar no palácio da vila de Sintra.

O ministro espanhol das Relações Exteriores, Marcelino Oreja, e o seu homólogo português, Sá Machado, tiveram, entretanto, uma sessão de conversações, que decorreu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, para debater temas gerais e os sectores de cooperação incluídos no novo Tratado luso-espanhol.

VISITA AO PORTO

No Porto, para onde seguiram de avião com a sua comitiva, o rei Juan Carlos e a rainha Sofia foram recebidos pelo governador civil do distrito, Mário Cal Brandão, pelo presidente do município, Aureliano Velloso, e pelo comandante da Região Militar do Norte, general Duarte Silva.

Na Casa do Infante, sede do gabinete histórico da cidade, os reis de Espanha inauguraram a Exposição Luso-Espanhola sobre Expansão Ultramarina nos séculos XV a XIX, dirigindo-se a seguir à Câmara Municipal.

Depois de receberem os cumprimentos de cerca de 70 pessoas pertencentes à colónia



Os reis de Espanha ao desembarcarem no aeroporto de Lisboa; Juan Carlos e Ramalho Eanes (em baixo) passam revista ao destacamento que, no aeroporto de Lisboa, prestou as honras militares ao soberano espanhol.

espanhola residente no Porto, os soberanos seguiram para Guimarães, sendo aí aguardados pelo Presidente da República e encontrando-se, ainda, presentes o Primeiro-ministro, um representante do arcebispo primaz, o governador civil do distrito e o presidente do município vimaranense.

ASSINATURA DO TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

No salão nobre dos Paços do Duque de Bragança decorreu a cerimónia de assinatura formal do Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Cooperação que, como foi noticiado, anula e substitui o chamado «Pacto Ibérico», celebrado em 1939.

Recorda-se, entre outros pontos dignos de destaque, que, nos termos deste acordo, Portugal e Espanha expressam a «sua vontade de manter uma prática de boa vizinhança e de múltipla cooperação, quer no plano bilateral, quer no quadro das organizações internacionais de que são membros, com vista à promoção dos ideais da liberdade, bem-estar social e progresso dos seus povos». Os dois países declaram também abster-se «de qualquer ingerência nos assuntos próprios da outra parte», reafirmando «a inviolabilidade das suas fronteiras comuns e a integridade dos seus territórios», e reiteram «a validade dos acordos de cooperação em vigor» entre ambos.

O novo Tratado refere-se igualmente ao incremento das relações económicas e a um maior intercâmbio comercial, cultural, científico e tecnológico entre os dois países. O trabalho da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha é também mencionado no documento, com o objectivo de vir a ser impulsionado, comprometendo-se ambos os Estados «num espírito de boa vizinhança, a promover a protecção e aproveitamento racional dos recursos naturais de uso comum e a coordenar os seus esforços com vista a conseguir um maior e mais harmonioso desenvolvimento económico-social das zonas fronteiriças».

Recorda-se ainda que, para supervisar a aplicação do convénio, foi conjuntamente criado um Conselho para a Cooperação Luso-Espanhola, chefiado pelos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros.

No discurso que proferiu após a cerimónia de ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação, o general Ramalho Eanes afirmaria, a dado passo:

«A Espanha e Portugal começam hoje a escrever uma nova história na suas relações seculares. O Tratado de Amizade, cujos instrumentos foram trocados pelos

Governos dos dois países, só tem paralelo nos grandes convénios de um passado longínquo. Traduz a vontade política livremente afirmada pelos nossos povos, substituindo um acordo minado nos seus fundamentos pela ilegitimidade dos governantes. Estabelece o princípio activo das consultas

mútuas, consagra a firme determinação de uma cooperação efectiva, visa uma dinâmica que proporcione indiscutíveis vantagens a ambos os povos. Não se distingue apenas pela sua génese democrática, mas igualmente pela sua conformidade com os interesses nacionais dos dois países.»



Troca de condecorações entre os Chefes de Estado de Portugal e da Espanha, no Palácio da Ajuda.



O rei de Espanha ao ser recebido, na Assembleia da República, por Vasco da Gama Fernandes.



Juan Carlos de Espanha no momento em que depositava uma coroa de flores no monumento aos Descobridores, em Belém.



Os reis de Espanha, acompanhados pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, assinam o Livro de Honra do município lisboeta.



O Presidente Eanes ao discursar durante o banquete com que foi obsequiado pelos soberanos espanhóis, na Embaixada de Espanha em Lisboa.



Os dois Chefes de Estado, ladeados pelas esposas, brindam no final do banquete realizado no Palácio da Ajuda.



Os dois Chefes de Estado e esposas, na Embaixada espanhola.

«A EUROPA NÃO SE FARÁ SEM A ESPANHA E PORTUGAL»

O Presidente da República referir-se-ia, mais adiante, à integração europeia dos dois Estados ibéricos, declarando que «a Europa, como continente democrático, como espaço político, económico e militarmente integrado, não se fará sem a Espanha e Portugal».

«Somos indispensáveis à construção europeia, sabemos disso, não há razão para o escondermos», acentuou Ramalho Eanes,



suficientes para ultrapassar todas as fases de incerteza.

Falando de improviso, «como cidadão e Presidente da República», o general Ramalho Eanes referiu-se à destruição parcial da Embaixada de Espanha, em 1975, considerando que «aqueles que trouxeram parte do povo português a esta Embaixada e a destruíram, eram contra-revolucionários, eram os que de portugueses apenas tinham o nome, porque nem sequer perceberam que o futuro deste País há-de construir-se olhando a Europa de mãos dadas com a Espanha».

OFERTA DE UM BARCO À VELA AO CLUBE NAVAL DE CASCAIS

No dia seguinte, e após terem recebido, no Palácio de Queluz, a colónia espanhola residente em Lisboa, os soberanos deslocaram-se a Cascais, tendo o rei Juan Carlos, numa cerimónia simples, procedido à oferta de um barco à vela da classe 470 ao Clube Naval da vila. Esta embarcação servirá para os treinos da selecção portuguesa da modalidade que, actualmente se prepara para as próximas Olimpíadas.

Antes da cerimónia, realizaram-se três regatas da classe 470, saindo vencedor o espanhol António Gorostegui — medalha de prata nos últimos Jogos Olímpicos —, fazendo equipa com Pedro Millet. Na segunda posição ficaram os portugueses Helder Guimarães-José Penaforte. Participaram 17 equipas, cinco das quais espanholas.

Dirigentes do Clube Naval de Cascais entregaram ao rei de Espanha os pergaminhos de sócio e comodoro honorário daquela agremiação.

A estada dos soberanos espanhóis em Cascais, durante dois dias, decorreu a título particular.

«EXISTE O DESEJO DE ENTENDIMENTO»

Durante uma conferência de imprensa em Lisboa, o ministro espanhol das Relações Exteriores prometeu que o seu país irá estudar, no âmbito do Conselho Permanente Luso-Espanhol, alguns dos «pequenos problemas» suscitados pela opinião pública portuguesa e a que os jornalistas presentes no encontro fizeram referência: a instalação de centrais termoeletrónicas espanholas junto da fronteira entre os dois países, a actividade dos pesqueiros espanhóis nas águas do Algarve e do Norte de Portugal e a utilização de águas internacionais.

acrescentando: «Pela nossa parte, portugueses e espanhóis saberemos responder ao desafio que a nossa indispensabilidade na Europa nos impõe».

Este mesmo tema seria abordado pelo rei Juan Carlos que, falando a seguir, afirmou estar convicto de que «Portugal e Espanha estarão à altura das exigências desta hora», na certeza de que o novo Tratado «será um instrumento capaz para potenciar a nossa cooperação bilateral e o nosso esforço comum em benefício da unidade europeia».

«Portugal e Espanha, solidários, trabalhando juntos no mútuo respeito das suas personalidades, em carreira para uma meta que é também a dos outros países do nosso continente onde se professam os mesmos valores: eis aqui o ideal e o imperativo que hoje nos propomos, em cumprimento da missão histórica e do destino destas grandes nações irmãs», disse, a terminar, o soberano espanhol.

No regresso a Lisboa, o rei Juan Carlos e a rainha Sofia ofereceram um jantar na Embaixada de Espanha, tendo o monarca enaltecido «a fidalguia, a hospitalidade, a franqueza e o denodado esforço» do povo português, qualidades essas que considerou



Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países ibéricos cumprimentam-se no final da cerimónia de assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha, acto que foi presenciado pelo Presidente Ramalho Eanes e pelo rei de Espanha e que decorreu no salão nobre dos Paços do Duque de Bragança, em Guimarães.



Os dois Chefes de Estado e esposas trocam brindes no final do almoço realizado no Paço Ducal de Guimarães.



O Presidente da República e os reis de Espanha foram calorosamente saudados pela população vimaranense.

CONFERENCIA DA UNESCO SOBRE PROTECCAO DO PATRIMONIO CULTURAL

«Existe o desejo de entendimento, e as duas partes adoptaram já uma decisão política, para que eventuais problemas sejam resolvidos», acrescentou Marcelino Oreja.

Interrogado sobre a possível adopção de medidas que permitam superar o actual desequilíbrio existente nas trocas comerciais entre os dois países — as exportações espanholas para Portugal são cinco vezes superiores às exportações de produtos portugueses para Espanha —, Marcelino Oreja acentuaria que as referidas relações «aumentaram nos últimos anos» e estão agora no seu nível mais alto, tendo crescido o nível das exportações «para ambas as partes».

ACORDO COMPLEMENTAR DE SEGURANÇA SOCIAL

Antecedendo a visita dos soberanos espanhóis ao nosso País, foi assinado, em Lisboa, um acordo complementar de segurança social, criando a possibilidade de os bene-

João Lima destacou, na ocasião, o significado deste acordo, considerando-o como um novo passo no sentido de tornar «reais e concretas» as relações entre os dois países ibéricos.

O embaixador espanhol salientou, por sua vez, o «carácter humano» do convénio e o seu «impacto directo em benefício dos cidadãos de ambos os países», reforçando o «caminho de cooperação que empreendemos com o maior empenho».

JAIME GAMA EM MADRID

Anteriormente deslocara-se a Madrid o ministro da Administração Interna, Jaime Gama, que naquela cidade e em Toledo manteve conversações com o seu homólogo espanhol, Rodolfo Martín Villa, tendo-se ainda avistado com o chefe do Governo de Espanha, Adolfo Suarez.

No final das conversações foi divulgado um comunicado conjunto no qual se rea-

explosivos, roubo de veículos e contrabando;

Estabelecer a colaboração entre os dois países no quadro do Acordo Antiterrorista recentemente adoptado pelo Conselho da Europa;

Criar grupos mistos de trabalho, a nível de técnicos, destinados a estudar os vários temas abordados e desenvolvidos no desenrolar das conversações no domínio da delinquência comum e do terrorismo;

Assegurar o intercâmbio regular entre os dois Ministérios de informações, experiências, disposições legais e normas de actuação em todos os assuntos de interesse comum; institucionalizar reuniões periódicas entre os dois ministros, duas vezes por ano, em Lisboa e em Madrid».

O ministro Jaime Gama convidou o seu colega espanhol, Martín Villa, a visitar oficialmente Portugal, convite que foi aceite, realizando-se a viagem ainda este ano.



No aeroporto da Portela, os soberanos espanhóis, acompanhados pelo Presidente Eanes e esposa, momentos antes de deixarem a capital portuguesa, rumo a Madrid.

ficiários da Previdência portuguesa receberem assistência médica e medicamentosa através das instituições espanholas de segurança social. Este novo acordo alarga o âmbito de um convénio já existente entre os dois países, ao abrigo dos quais os cidadãos portugueses e espanhóis tinham direito a receber as suas pensões de reforma fora do seu país de origem. A partir de agora, passará igualmente a ser possível aos portugueses e espanhóis em trânsito ou em férias beneficiarem de condições de assistência no outro país, em igualdade de condições.

O documento foi assinado pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima, e pelo embaixador de Espanha em Lisboa, Fernando Rodriguez Porrero.

firmava «o espírito de colaboração que tem caracterizado as relações entre os dois Governos, empenhados no desenvolvimento do processo democrático nos respectivos países».

Os dois ministros manifestaram o desejo de «prosseguir o estudo, análise e proposta de soluções concretas sobre temas de interesse comum aos dois Ministérios, tais como: autorizações de passagem, postos fronteiriços, licenças de residência e de trabalho e a próxima supressão do passaporte».

Ainda segundo o comunicado, as delegações de Portugal e Espanha decidiram também:

«Coordenar esforços e acções das forças de segurança interna de ambos os países na luta contra a delinquência comum e em especial contra o tráfico de drogas, armas,

ACORDO SOBRE ENGENHARIA TÊXTIL

A formação de técnicos de engenharia têxtil com vista ao progresso tecnológico da indústria nacional deste sector, é o objectivo principal do acordo luso-espanhol de cooperação técnica e científica, assinado em Lisboa pelo embaixador de Espanha e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros.

Além do ministro da Educação e Cultura e do secretário de Estado da Juventude e Desportos, estiveram presentes à cerimónia os directores do Instituto Politécnico da Covilhã e da Escola Superior de Engenheiros Industriais de Tarrasa, que assinaram um protocolo técnico, regulamentando as normas de execução do referido acordo.

CONFERÊNCIA DA UNESCO SOBRE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Realizou-se em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, uma conferência da UNESCO (organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura) dedicada à protecção dos bens culturais móveis, na qual participaram cerca de 150 técnicos de 27 países. A delegação portuguesa foi presidida pelo dr. António Maria Pereira e integrava representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, da Secretaria de Estado da Cultura e da Fundação Gulbenkian.

À sessão inaugural desta Conferência estiveram presentes os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Cultura, o secretário de Estado da Cultura, o director-geral adjunto da UNESCO e o presidente da Fundação Gulbenkian.

PORTUGUÊS PODERÁ SER UMA DAS LÍNGUAS OFICIAIS DA UNESCO

Ao defender a inclusão da língua portuguesa entre as línguas oficiais da UNESCO, o ministro dos Negócios Estrangeiros recordou que a nossa língua é hoje falada por cerca de 150 milhões de pessoas, referindo, a propósito, que o Governo português registara com agrado a receptividade a esta tese por parte do director-geral da UNESCO, quando da sua visita oficial ao nosso País. Sá Machado acentuaria, por outro lado, que a realização desta Conferência em Portugal resultava das excelentes relações que mantemos com a UNESCO e do reconhecimento do papel desempenhado por Portugal no quadro das relações internacionais.

Falou a seguir o secretário de Estado da Cultura que sublinharia a vontade do Estado português em cumprir o objectivo constitucional contido no artigo 78, no qual se estabelece que «o Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português».

Depois de aludir à recente destruição pelo fogo do recheio da Faculdade de Ciências de Lisboa e à demolição da Igreja de Joane, António Reis anunciou um conjunto de medidas destinadas a salvaguardar os bens culturais. Assim, será criado o Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural e elaboradas a Carta Arqueológica de Portugal e a Carta Museológica Nacional, procedendo-se ainda à inventariação das bibliotecas e arquivos e à edificação de novas instalações, obedecendo a todos os requisitos de segurança, para o Arquivo Nacional da Torre de Tombo.

«COOPERAÇÃO EXEMPLAR» ENTRE PORTUGAL E A UNESCO

Na sua intervenção, depois de considerar que a cooperação entre o nosso País e a UNESCO «é exemplar», o director-geral adjunto da Organização, Gerard Bolla, referiu que um dos principais objectivos desta Conferência em Lisboa era debater «o fenómeno grave que preocupa numerosos governos e que encontra um largo eco na imprensa escrita e falada: o roubo de obras de arte e de objectos arqueológicos, o vandalismo no património cultural e os tráficos ilícitos, que todos os países sofrem, mas sobretudo os países em vias de desenvolvimento».

No âmbito das medidas de protecção dos

culturais móveis localizados em edifícios de cultos religiosos e em locais arqueológicos, além de valores culturais envolvidos em intercâmbio.

O projecto recomenda também que os Estados membros fomentem «o estabelecimento de um inventário sistemático e a catalogação dos bens culturais, incluindo a máxima precisão e segundo métodos especialmente estudados (fichas normalizadas, fotografias, se necessário microfímes)» e estimulem os museus a adoptar «um sistema global de medidas práticas e dispositivos de segurança» visando a defesa do seu património. Por outro lado, dever-se-á assegurar a todos os bens culturais móveis «condições e formas de conservação, disposição



O ministro dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, discursa na sessão inaugural da Conferência da UNESCO sobre a protecção do património cultural. A seu lado estão o presidente da Fundação Gulbenkian, o director-geral adjunto da UNESCO, o ministro da Educação e Cultura e o secretário de Estado da Cultura.

bens culturais, Gerar Bolla salientaria a acção dos serviços nacionais de Polícia que criaram secções especializadas para actuar no plano internacional, com destaque para a Interpol, representada na reunião.

MEDIDAS CONCRETAS PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

O texto final do projecto de recomendação elaborado nesta reunião — e que será aprovado, no final do corrente ano, pela Conferência Geral da UNESCO —, prevê a cobertura de riscos para museus e instalações similares, colecções particulares, bens

e transporte, capazes de os pôr ao abrigo de quaisquer agentes susceptíveis de os danificar ou destruir».

Este documento final propõe a atribuição dos créditos necessários para que os museus e instituições similares possam aplicar as medidas preconizadas, incluindo a formação de pessoal auxiliar e de segurança e a criação de centros regionais de restauro.

Recomenda-se também, no documento, que os Estados membros evitem anuir a pedidos de resgate e facilitem a protecção de colecções particulares, sendo ainda dada especial atenção às normas prevendo o combate a roubos, escavações ilegais, vandalismo e utilização de falsificações, pelo que se propõe a adopção de penalidades

A ADESAO DE PORTUGAL A CEE DEBATEU EM BRUXELAS EMINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

41



Dois aspectos de uma das sessões de trabalho da Conferência.

severas a aplicar em tais casos é o estabelecimento de acordo internacionais de cooperação, em matéria de assistência jurídica e prevenção de delitos.

«UMA REUNIÃO HISTÓRICA PARA A HUMANIDADE»

O chefe da delegação portuguesa, António Maria Pereira, ao discursar na sessão de encerramento da Conferência, considerou a mesma como «uma reunião histórica para a humanidade», dado que «pela primeira vez foi feito um esforço decidido e coerente, a nível intergovernamental, pela UNESCO, com o objectivo de conseguir medidas eficazes para a prevenção dos riscos



e a protecção dos patrimónios culturais dos povos, os quais constituem a herança comum da humanidade».

António Maria Pereira sublinhou também o carácter histórico desta reunião, sob um ponto de vista especificamente português, já por ser a primeira iniciativa do género que a UNESCO realizou no nosso País, já por, pela primeira vez, ter sido utilizada a língua portuguesa em documentos daquela organização internacional.

«Esse facto — disse — vai ao encontro de uma realidade política e cultural recente que a UNESCO não pode ignorar: o acesso à independência de cinco novos Estados africanos, que já são membros da Organização».

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DEBATEU EM BRUXELAS A ADESÃO DE PORTUGAL À CEE

42 No final de uma viagem a Bruxelas, Estrasburgo e Paris, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Vitor Sá Machado, mostrou-se convicto de que as negociações formais com vista à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia devem iniciar-se em Outubro próximo. Antes, porém, o Conselho de Ministros da CEE deverá apreciar o parecer da comissão executiva sobre o pedido de ingresso apresentado pelo nosso País. Sá Machado, que em Bruxelas manteve conversações com o presidente e o vice-presidente da comissão executiva da CEE e com ministros dos países membros da Comunidade, avistou-se ainda com o secretário-geral da NATO, tendo depois participado, em Estrasburgo na reunião dos ministros do Conselho da Europa. Em Paris, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros teve um encontro com o embaixador da China em França.

Em declarações à Anop, Sá Machado considerou o início das negociações um «marco fundamental» no processo de adesão à CEE, já que, a partir desse momento, Portugal poderá beneficiar das chamadas «opções específicas comuns» que consistem num apoio económico ao desenvolvimento industrial dos países candidatos à Comunidade.

O problema do alargamento da CEE a Portugal, Espanha e Grécia, tem sido motivo de polémica junto da opinião pública de alguns dos países membros que receiam prejuízos para a Comunidade. Tal atitude parece ter sofrido alteração com a publicação de um relatório que analisa globalmente a questão do alargamento. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, verifica-se, assim, a tendência para substituir o «mas» económico pelo «sim» político.

AUTONOMIA NA INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NA COMUNIDADE

Em todos os contactos que teve com dirigentes do Mercado Comum, Sá Machado manifestou a opinião de que deverá ser autónomo o processo de adesão de cada um dos países ibéricos à CEE.

«Temos uma precedência cronológica, além de que para nós é politicamente importante que o nosso processo tenha autonomia e se faça por etapas cronológicas bem visíveis, pelo menos numa primeira fase. Por outro lado, os problemas económicos que Portugal põe à Comunidade não são iguais aos da Espanha. A globalização não nos interessa de maneira nenhuma e permito-me afirmar que tam-



Bruxelas: o ministro português dos Negócios Estrangeiros com Roy Jenkins (à esquerda) e Lorenzo Natali, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão Executiva da CEE.

bém não interessa à Espanha», declarou o ministro.

Durante a sua visita à sede da CEE, em Bruxelas, Sá Machado teve encontros com Roy Jenkins e Lorenzo Natali, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão executiva da Comunidade, com quem analisou problemas relativos ao processo de adesão de Portugal e ao alargamento do Mercado Comum.

«ETAPA NECESSÁRIA»

Sá Machado avistou-se, por outro lado, com o primeiro-ministro belga, Leo Tindemans, o qual reafirmou «de forma muito clara e inequívoca» o apoio do seu país quanto à adesão de Portugal à Comunidade, acrescentando que «dificuldades de ordem técnica que eventualmente possam surgir, não prejudicarão de forma alguma a referida adesão». Leo Tindemans diria, a propósito, que problemas de ordem técnica não poderiam condicionar o que ele próprio classificou de «etapa necessária para a construção de um projecto político superior», dado que «se a entrada de Portugal põe agora problemas particularmente difíceis, a Europa tem de perceber isso e ajudá-lo a rapidamente vencer as dificuldades».

O ministro dos Negócios Estrangeiros conferenciou também com o seu homólogo belga, Henri Simonet, tendo sido abordados

diversos pontos de política internacional, bem como as relações bilaterais dos dois países, verificando-se uma coincidência de posições e um desejo recíproco de colaboração «franca e profícua».

Comentando o encontro que teve com o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, o ministro referiu que, entre outros assuntos, havia sido analisada a possível implantação, no âmbito da NATO, de estruturas industriais no nosso País, o que permitiria que as nossas relações com a Organização tivessem «uma tradução no plano económico, benéfica para Portugal».

QUALIFICAÇÕES DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS RECONHECIDAS PELO CONSELHO DA EUROPA

Em Estrasburgo, Vitor Sá Machado participou na reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa e assinou um conjunto de convenções e protocolos que ligam mais intimamente o nosso País à Europa: a convenção relativa à equivalência de diplomas para acesso aos estabelecimentos universitários; a convenção sobre equivalência dos períodos de estudos universitários; e a convenção sobre o reconhecimento académico das qualificações universitárias. Assim, os diplomas e graus académicos das universidades portuguesas passaram a ser reco-

MINISTRO DA IMIGRAÇÃO DO QUEBEQUE TEVE CONVERSACIONES EM LISBOA

43

nhedidos em todos os países membros do Conselho da Europa.

ASSINADO PROTOCOLO À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS

O ministro português assinou ainda — sob reserva de ratificação pela Assembleia da República — o protocolo n.º 4 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que reconhece certos direitos e garantias não incluídos em textos anteriores: direito de circular livremente e de escolha de residência, interdição de exilar os seus próprios cidadãos e de expulsar colectivamente estrangeiros.

Outro documento assinado por Sá Machado foi o segundo protocolo à Convenção Europeia de Extradução, que completa o documento anteriormente estabelecida sobre a matéria pelo Conselho da Europa, no que respeita a infracções fiscais de julgamentos à revelia e de amnistia.

AS RELAÇÕES LUSO-CHINESAS

Foi considerado como «muito importante» para o estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, o encontro que o ministro dos Negócios Estrangeiros teve com o embaixador daquele país na capital francesa, Han Ke-Hua.

Durante a reunião, que decorreu na Embaixada de Portugal em Paris, foram debatidas, além de questões de ordem internacional, as relações comerciais luso-chinesas e a necessidade de os dois países respeitarem as etapas conducentes ao estabelecimento das relações diplomáticas, tendo o diplomata chinês considerado que a abertura, na capital portuguesa, de uma delegação da agência noticiosa Nova China constituiu um «passo importante» nesse sentido. Sá Machado sugeriu a Han Ke-Hua a realização de um próximo encontro em Lisboa.

O ministro dos Negócios Estrangeiros avistou-se ainda com o seu homólogo francês, Louis de Guiringaud, a quem convidou a visitar Portugal, o que virá a concretizar-se antes do final deste ano e em função da data da vinda a Lisboa do presidente Valéry Giscard d'Estaing. Um dos assuntos a tratar durante a visita de Louis de Guiringaud a Portugal deverá ser a questão do ensino da língua portuguesa em França, como reciprocidade do carácter obrigatório que o ensino do francês tem no nosso País.

A possibilidade de vir a ser criado «um sistema processual referente a emigração, que permita dinamizar e acima de tudo melhorar, as condições de acolhimento dos emigrantes portugueses no Canadá», foi referida pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima, no final de um encontro com o ministro da Imigração do Quebeque, Jacques Couture, que se deslocou a Lisboa a convite daquele membro do Governo português.

No final da audiência, em que participou igualmente o embaixador do Canadá em Lisboa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração afirmou ter sido efectuada uma troca de impressões sobre a nova situação criada à emigração com a assinatura recente de um acordo entre o Governo de Otava (a capital federal do Canadá) e o Governo provincial do Quebeque, pelo qual este último adquire poderes de decisão em matéria de imigração. Foram também analisados diversos problemas relacionados com a comunidade portuguesa (cerca de 35 mil pessoas) residente naquele Estado canadiano.

Na sequência deste encontro, que decorreu «a nível de informação» e que se insere no conjunto de contactos já estabelecidos, em Março do ano passado, quando visitou o Canadá, João Lima manifestou-se optimista quanto à possibilidade de, «num futuro próximo», se verificar «uma nova abertura» à emigração portuguesa, apesar,

acentuou, das restrições actualmente existentes, impostas pelos reflexos locais da crise económica.

Por seu lado, o ministro da Imigração do Quebeque, Jacques Couture, depois de frisar que a integração dos emigrantes portugueses constitui, com outras comunidades estrangeiras radicadas naquele Estado canadiano, «um factor cultural e económico importante», referiria a vontade do seu Governo em intensificar as relações com Portugal e negociar, no domínio da emigração, os critérios de «escolha de candidatos», uma vez que a situação económica não permite, presentemente, uma política de ampla abertura.

«Espero poder favorecer a emigração portuguesa para o Quebeque», disse ainda Jacques Couture, adiantando que será criado um grupo de trabalho em que participam funcionários governamentais das duas partes com vista a «preparar a melhor maneira» de atingir aquele objectivo.



Jacques Couture e João Lima, durante o encontro realizado em Lisboa.

ACORDO DE COOPERAÇÃO LUSO-GUINEENSE NO DOMÍNIO PORTUÁRIO

44

Um acordo de cooperação no domínio portuário foi estabelecido entre os Governos de Portugal e da Guiné-Bissau, durante uma visita oficial que o ministro português dos Transportes e Comunicações, Ferreira Lima, efectuou àquele país africano.

Segundo este acordo, o nosso País garante apoio técnico ao Governo da Guiné-Bissau em matéria de planeamento portuário e do sistema de transportes interiores. O convénio foi assinado, em Bissau, por Ferreira Lima e pelo comissário de Estado guineense dos Transportes, Rui Barreto.

PROJECTO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS

O Governo português apresentou, por outro lado, o projecto do protocolo adicional ao tratado sobre transportes aéreos assinado quando da visita a Lisboa do presidente Luís Cabral. Em declarações à imprensa, o ministro Ferreira Lima esclareceu que este projecto propõe a criação de uma companhia de economia mista entre os dois países, visando a exploração conjunta dos transportes aéreos. Um projecto semelhante já foi, aliás, apresentado ao Governo moçambicano.

No comunicado conjunto, distribuído no final da visita, destaca-se a existência de pontos de vista comuns quanto à forma de incrementar a cooperação bilateral neste domínio específico. Recordar-se, a propósito, que, no quadro da cooperação luso-guineense, o sector dos transportes e comunicações é um dos que mais acentuadamente se tem desenvolvido. Além do acordo agora firmado, haviam já sido assinados convénios nos domínios da aviação civil — a que nos referimos acima —, dos transportes marítimos e da assistência técnica naval. A contribuição de Portugal vai desde a formação e reciclagem de técnicos guineenses até ao envio de cooperantes portugueses.

INCREMENTO DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

Ainda no âmbito da cooperação com os novos países africanos, Portugal poderá vir a aplicar um montante de 400 mil contos, se o Governo aprovar a participação nalguns projectos de vulto, como a ampliação do aeroporto e a conclusão da estrada da cintura da ilha de São Tomé, segundo notícia a Anop.

A incompatibilidade entre os actuais recursos financeiros de Portugal e as crescentes

solicitações da cooperação com as ex-colónias poderá, entretanto, levar o Governo português a recorrer a outros países e a organizações internacionais, para que pelo menos parte dos seus programas de cooperação sejam financiados multilateralmente.

Em termos absolutos, é com a Guiné-



À cooperação do nosso País com a República da Guiné-Bissau sofreu um grande impulso nos últimos seis meses.

-Bissau, seguida de perto por Cabo Verde, que a cooperação portuguesa assume actualmente maior importância. Com São Tomé e Príncipe atingiu já valores expressivos, ao passo que com Moçambique se encontra numa fase de arranque, sobretudo no plano do ensino. No caso de Angola, não foi ainda negociado o projecto do acordo geral

de cooperação, entregue há cerca de um ano ao Governo angolano.

PORTUGAL E A GUINÉ-BISSAU

A cooperação com a Guiné-Bissau sofreu um grande impulso nos últimos seis meses. Dos cerca de 500 cooperantes portugueses, vinculados a contratos inter-Estados, que trabalham nos países africanos de língua portuguesa, cerca de um terço está na Guiné-Bissau, desenvolvendo a sua actividade nos mais diversos sectores.

Brevemente, deverão partir para aquele país os primeiros cooperantes militares, integrados numa missão permanente da Armada portuguesa. A sua principal função será a de assegurar a formação de técnicos para a Marinha de Guerra guineense.

Deverá, também, iniciar-se proximamente um programa de cooperação no domínio da saúde, com a ida de médicos portugueses para a Guiné-Bissau.

Outro domínio em que se espera uma intensificação da cooperação bilateral é o da pesca, existindo projectos para a constituição de empresas mistas neste sector e no da marinha mercante.

Entretanto, eleva-se a centena e meia o número de bolseiros guineenses que frequentam, em Portugal, os mais diversos cursos de formação ou de especialização.

MÁRIO SOARES E UMA DELEGAÇÃO PARLAMENTAR VISITARÃO CABO VERDE

Em visita particular, esteve dois dias em Lisboa o primeiro-ministro da República de Cabo Verde, Pedro Pires, que se avistou com o seu homólogo português, Mário Soares.

Nesse encontro foram analisadas as relações entre os dois países, tendo Pedro Pires declarado aos jornalistas, durante uma conferência de imprensa, que as mesmas decorrem «da melhor maneira» e que da parte dos dois Governos tem existido um cuidado muito especial para que sejam cumpridos todos os acordos e compromissos assumidos.

O chefe do Governo cabo-verdiano revelou ainda que convidara Mário Soares a visitar o seu país, convite que foi aceite.

Uma delegação parlamentar portuguesa, chefiada pelo presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, deverá também deslocar-se proximamente a Cabo Verde, a convite da Assembleia Nacional Popular deste país africano.

Ministro da Justiça participou em Conferência na Venezuela



Santos Pais.

O ministro da Justiça, dr. Santos Pais, participou, em Caracas, na «IV Conferência dos ministros da Justiça dos países hispano-luso-americanos e das Filipinas», onde, entre outros temas, foi debatida a possibilidade de estabelecer um acordo sobre registo civil, o qual irá permitir resolver inúmeros problemas legais não só aos portugueses residentes na Venezuela, mas igualmente aos naturais dos 23 países representados na reunião.

Em declarações à imprensa, ao regressar a Lisboa, o dr. Santos Pais referiu que Portugal tivera uma presença destacada na conferência, na qual, além de problemas relacionados com os emigrantes, foram tratadas questões ligadas à criminalidade e ao tráfico de drogas.

No domínio da emigração, a delegação portuguesa apresentou algumas propostas, entre as quais se salientou a referente ao registo civil. Se vier a ser aprovada, esta proposta permitirá que muitos emigrantes portugueses — que na Venezuela ultrapassam os 200 mil — tenham a vida facilitada naquele âmbito.

O problema dos filhos nascidos fora do casamento — questão que preocupa sobremaneira os países sul-americanos, onde estão radicados muitos milhares de trabalhadores estrangeiros — foi também analisado durante os trabalhos, tendo a delegação portuguesa apresentado um estudo, cujas sugestões foram totalmente aceites. O ministro da Justiça afirmou, a propósito, que se «trata de um campo em

que estamos felizmente avançados, não só pelo que a Constituição veio instituir, mas que o próprio Código Civil aperfeiçoou».

Outro tema abordado pelos participantes na conferência, foi o problema das sociedades comerciais, sobre o qual Portugal apresentou um trabalho que defende a instituição de cooperativas.

Depois de salientar que Portugal foi proposto para fazer parte da comissão executiva que irá funcionar até à realização da próxima conferência — marcada para 1980 — e que se encarregará de escolher o país onde a mesma se efectuará, o ministro da Justiça sublinhou o carácter amistoso de um encontro que teve em Caracas com o presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, que lhe confiou uma mensagem para o general Ramalho Eanes e para o dr. Mário Soares.

Portugal eleito para a Comissão dos Direitos Humanos da ONU



Simbolo da Organização das Nações Unidas.

Portugal foi eleito para a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em escrutínio efectuado na sede da organização, em Nova Iorque. Logo na primeira volta a candidatura portuguesa recolheu 43 votos em 53 países votantes. Nos lugares imediatos ficaram a República Federal Alemã, o Canadá e o Reino Unido.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU, para a qual o nosso País foi eleito pela primeira vez, é o principal órgão subsidiário do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, com intervenção no domínio dos direitos sociais, culturais e humanitários. Foi criada em 1946 e elaborou os projectos da Carta dos Direitos do Homem, que integra a célebre Declaração Universal, aprovada em 1948, e os diversos instrumentos

que asseguram a sua execução, ou seja, os pactos internacionais dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos civis e políticos.

Para os três lugares a preencher este ano por países ocidentais, entre os 38 membros que integram a Comissão, apresentaram a sua candidatura, além de Portugal, a Alemanha Federal, Canadá, Reino Unido e Holanda.

A eleição de Portugal para aquele órgão da ONU foi anunciada numa nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na qual se sublinha «o significativo número de sufrágios recolhidos pela nossa candidatura», considerando-o «altamente expressivo do apoio e do prestígio de que o nosso País hoje goza no Mundo».

Crédito alemão de 1,5 milhões de contos para Portugal

Um milhão e meio de contos é o montante global do fundo que o Governo da Alemanha Federal pôs à disposição das autoridades portuguesas, para ser utilizado durante o corrente ano. O protocolo foi assinado, em Lisboa, pelos responsáveis das delegações dos dois países, respectivamente, eng.^a Maria Alexandra Gomes, do Gabinete para a Cooperação Económica Externa e dr. Gerhard Teiwes, director-geral da Cooperação com os países da Europa do Sul.

O programa de aplicação desta linha de crédito foi estabelecido com base em propostas seleccionadas pelo Ministério das Finanças e do Plano, de acordo com as prioridades definidas pela política económica do Governo. Saliente-se que aquele montante global inclui cerca de 80 mil contos correspondentes a donativos e que se destinam ao financiamento de assistência técnica.

O fundo será utilizado, ao longo deste ano, na execução dos portos de pesca da Figueira da Foz e da Nazaré, na compra de material circulante para a CP e em obras de electrificação rural. No sector agrícola está prevista a aplicação de programas de assistência técnica destinados a maximizar a rentabilidade do investimento mobilizado para a Cova da Beira e para as obras de irrigação e drenagem da bacia do rio Mondego. Estas regiões foram, aliás, visitadas pelo chefe da delegação alemã que durante

a sua estada no nosso País foi recebido por vários membros do Governo.

Numa nota informativa divulgada pelo Ministério das Finanças e do Plano, salienta-se, a propósito da atribuição deste fundo e «como aspecto novo na cooperação luso-alemã», a assistência técnica no domínio do Planeamento, que, entre outros aspectos, permitirá a equipas dos dois países realizarem estudos conjuntos sobre a adesão de Portugal à CEE.

Aquele comunicado oficial refere ainda que a cooperação com a Alemanha Federal é das que mais beneficiam actualmente o nosso País, ao nível dos contactos bilaterais.

Proximamente deverão deslocar-se a Portugal várias missões técnicas alemãs que estudarão detalhadamente os sectores e projectos seleccionados para a aplicação do financiamento agora concedido.

Conselho da Europa: Portugal ratificou acordo de segurança social

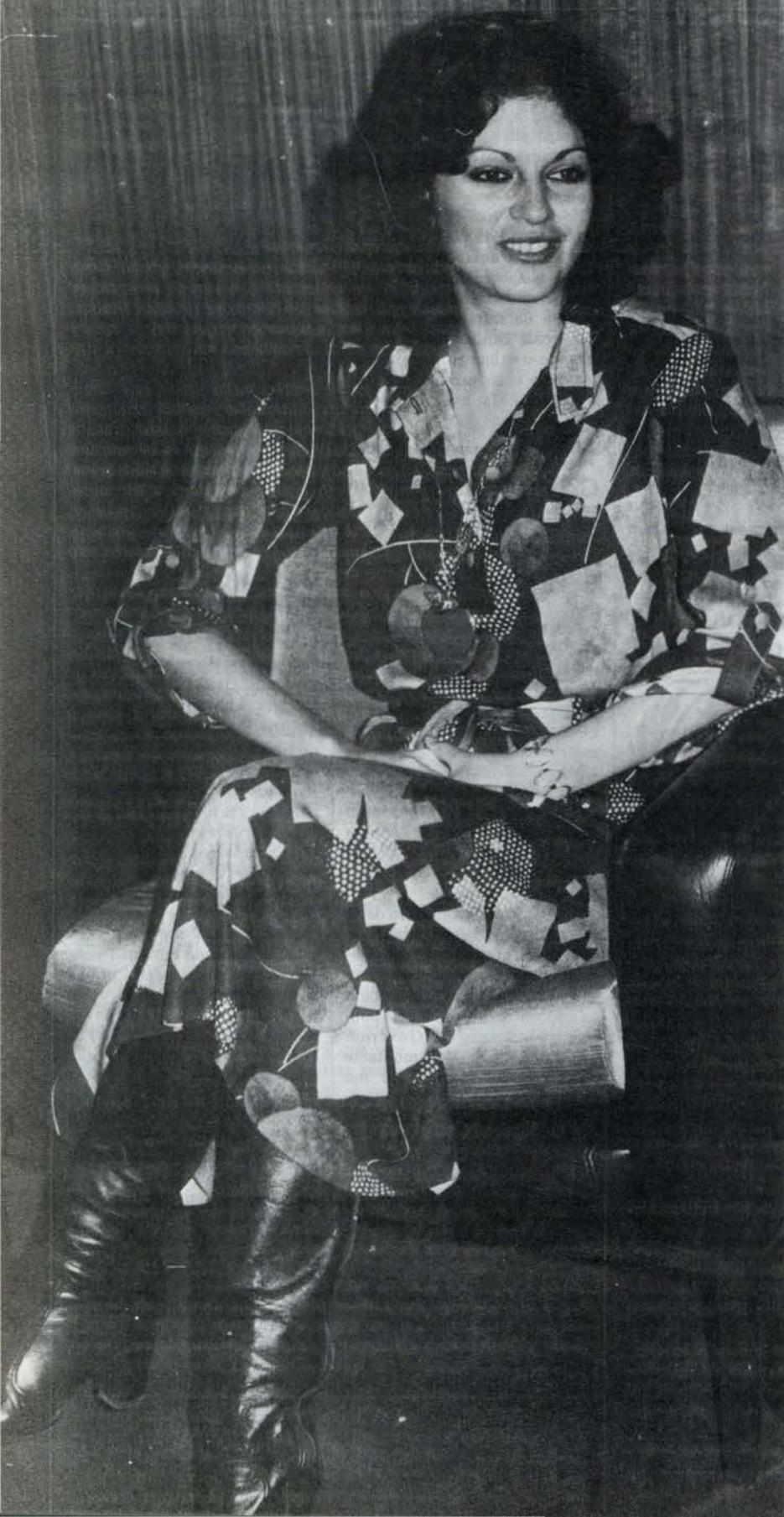
Os emigrantes portugueses passaram a beneficiar das mesmas regalias, em matéria de segurança social, que os nacionais dos outros países membros do Conselho da Europa. Com efeito, o representante de Portugal junto daquela organização europeia ratificou, em Estrasburgo, os acordos provisórios do Conselho da Europa sobre o regime de segurança social.

Estes acordos prevêm que os cidadãos de cada um dos países signatários estejam em pé de igualdade perante a lei e os regulamentos de assistência social, desde que certas condições de residência tenham sido estabelecidas.

Protocolos adicionais a estes acordos abrangem os refugiados — cujo estatuto é definido segundo a Convenção de Genebra de 1951 —, passando um refugiado de um país que não seja membro do Conselho da Europa a ter o mesmo tratamento que um nacional. Recorde-se que, até agora, Portugal tinha apenas acordos bilaterais sobre a matéria.

O documento de ratificação foi entregue pelo embaixador José Cutileiro, representante permanente de Portugal junto do Conselho da Europa, ao secretário-geral da organização, George Kahn-Ackermann.

"MISS PORTUGAL-78" DA COMUNIDADE DA ÁFRICA DO SUL ESTEVE EM LISBOA



Maria de Fátima, ao ser recebida, em Lisboa, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e pelo presidente da Câmara Municipal.

Maria de Fátima Leal Santos, «Miss Portugal-1978», eleita pela comunidade portuguesa residente na África do Sul, visitou Lisboa a convite da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e da TAP, tendo permanecido duas semanas em Portugal, no decurso das quais visitou o Algarve e o Norte do País.

Com 18 anos de idade e natural de Porto Amboim (Angola), Maria de Fátima frequenta actualmente o primeiro ano de Germânicas na Universidade de Joanesburgo e pretende dedicar-se ao ensino. Falando aos jornalistas, explicou que sua mãe, que a acompanhou nesta viagem, é natural de Lisboa e o pai oriundo do Norte do País, tendo ido com eles para a África do Sul quando tinha apenas quatro anos de idade. Maria de Fátima optou pela nacionalidade portuguesa e está noiva de um compatriota natural de Matosinhos.

Depois de uma visita de cortesia ao conselho de gerência da TAP, «Miss Portugal-78» foi recebida em audiência pelo dr. João Lima, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, pelo presidente do município lisboeta, eng.º Aquilino Ribeiro Machado e, mais tarde, no Palácio de Belém, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Alemanha

Informação do IG-Metall

Num dos seus últimos números em língua portuguesa, o boletim do IG-Metall (Sindicato dos metalúrgicos da RFA) alertava todos os membros desta associação de classe para a acção de burlões que se fazem passar por delegados sindicais em operação de recolha de estatísticas ou inquéritos.

Na realidade, a direcção daquele sindicato, nomeadamente para a área de Schwaebisch-Gmuend, enviou avisos a todos os sócios, afirmando que nem a Direcção Nacional, nem a Direcção Distrital, nem as administrações locais, encarregaram alguém de executar tais tarefas.

Assim, a direcção do IG-Metall, em folha volante largamente difundida, avisa todos os associados que os seus representantes são portadores de identificação própria, pelo que não deverão ser prestadas declarações ou ser assinados quaisquer documentos antes de se exigir a identificação do delegado; essas declarações de âmbito sindical deverão, aliás, ser fornecidas às respectivas comissões nos locais de trabalho.

Consulado de Portugal de Neuss

Os portugueses radicados na área do Consulado de Portugal de Neuss que necessitem de recorrer aos serviços consulares devem dirigir-se, a partir de agora, ao Consulado-Geral de Portugal de Düsseldorf, pois o de Neuss encontra-se encerrado por ordem superior, segundo informou o seu cônsul. O endereço do Consulado de Düsseldorf é o seguinte: Graf-Adolf Strass 16 (Tel. 37.50.03); o telefone dos respectivos Serviços Sociais é o 32.40.91.

Argentina

Inauguração do Hospital Portugêses

Durante as comemorações do primeiro centenário da «Sociedade Portuguesa de Beneficência

e Socorros Mútuos», instituição fundada em 21 de Abril de 1878, foi inaugurado aquele que é considerado o primeiro hospital português na Argentina, propriedade desta prestigiosa e notável agremiação. Contribuíram para esta obra inúmeros donativos angariados junto da comunidade portuguesa de Buenos Aires e de outras cidades do país, assim como outros enviados pelo Governo português e pela Fundação Gulbenkian. A inauguração foi, por sua vez, motivo de destaque na imprensa argentina, nomeadamente nos periódicos «La Prensa» e «La Nación», que tiveram palavras de reconhecido relevo para a capacidade de solidariedade e iniciativa dos nossos compatriotas residentes neste país sul-americano.

O edifício, de cinco pisos, equipado com material moderno, funciona em pleno centro de Buenos Aires, exactamente na Rua Gavilán, 537. Quem visitar o novo hospital poderá apreciar os diversos consultórios médicos de todas as especialidades, enfermarias, quartos de uma e duas camas, salas de raio-X, maternidade e respectiva farmácia.

O Hospital português de Buenos Aires é um grande exemplo de união de esforços da comunidade portuguesa na Argentina.

Austrália

Rancho folclórico «Aldeias de Portugal»



O agrupamento folclórico «Aldeias de Portugal» apresentou pela primeira vez, num espectáculo promovido para o efeito, o seu «Rancho Infantil» no «Albert Palais» de Petersham. O agrupamento «Aldeias de Portugal» exibiu diversos cantares e danças tradicionais do nosso folclore,

apresentando-se os elementos com trajes tradicionais do Minho oferecidos pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, num espectáculo que despertou grande entusiasmo na comunidade portuguesa local.

Associação sócio-cultural Luso-Australiana

Um grupo de portugueses residentes neste país, atendendo à inexistência de uma associação que sirva de porta-voz para as suas reivindicações, bem como de um organismo de apoio social e cultural, levaram a cabo várias reuniões que culminaram na constituição da «Associação Sócio-Cultural Luso Australiana» (com sede provisória em 256, Edgeware Road, Enmore, N.S.W. 2042, Austrália/Endereço Postal: P.O. Box 86, Newtown, N.S.W. 2042, Austrália), que tem os seus estatutos já aprovados.

Os objectivos desta Associação são essencialmente de âmbito cultural e social, dedicando a sua actividade à comunidade portuguesa residente em toda a área metropolitana da cidade de Sydney, onde existe maior densidade de compatriotas. Dentro desses objectivos a assistência aos recém-chegados; serviço de intérpretes e traduções; apoio e outras ajudas de vários tipos em questões de emprego, habitação, legalização e saúde; criação de infantiário, centro social com biblioteca, ensino da língua e cultura portuguesa, colóquios, exposições, teatro, folclore, artesanato, cinema e imprensa.

Brasil

Programa «Portugal sem Passaporte»

Na rede amazónica de televisão, que conta com 10 emissoras, tem vindo a ser transmitido regularmente o programa «Portugal sem Passaporte», produzido a cores sob a direcção de José Alberto Saraiva, actualmente residente em Manaus e natural do Minho.

Recentemente, o referido programa foi eleito um dos melhores do ano de 1977, facto que mereceu da TV-Amazonas o justo prémio de transferência do seu dia e hora de transmissão para dia e horário com maior audiên-

cia: todos os sábados, das 20 às 21,30 horas (TMG). O «Portugal sem Passaporte» é transmitido para toda a Amazônia, possuindo um grupo folclórico privativo, que se denomina «O Lusitano» e é formado por jovens portugueses e brasileiros. A todos quantos trabalham neste programa e tanto prestigiam a comunidade portuguesa residente no país irmão, endereçamos as nossas felicitações.

Campeões de futebol de Fernandópolis

A equipa de futebol da Casa de Portugal da cidade de Fernandópolis, sagrou-se campeã da região do mesmo nome, disputando o campeonato amador do estado, denominado «Copa Arizona».

Grémio Português de Beneficência da cidade de Amparo

Fundado na cidade de Amparo, a 13 de Março de 1892, o Grémio Português de Beneficência, instituição com relevantes serviços prestados à comunidade portuguesa residente nesta região brasileira — nomeadamente no que se refere a assistência clínica e internamento hospitalar —, esteve encerrado ao público durante muito tempo, tendo agora retomado a sua actividade. A nova direcção realiza presentemente a restauração do edifício-sede assim como de todo o seu sector cirúrgico.

«Ginástico português»

A agremiação «Ginástico Português» consultou os seus associados sobre a aquisição de um terreno, destinado à construção de sede própria, situada na praia, da Barra da Tijuca. O local situa-se entre a Lagoa de Marapendi e o conjunto de prédios Novo Leblon, tendo cerca de 15 mil metros quadrados. Como nota curiosa, saliente-se que logo que foram lançados os títulos do novo empreendimento, os primeiros compradores foram os associados almirante Augusto Rademaker, ex-vice-Presidente da República, o dr. Reinhold Stephanes, presidente do INPS, e Elias Richa, presidente do Clube Sírio e Libanês.

Canadá

«Sport Club Angrense of Toronto»

Recebemos na nossa redacção o Boletim informativo do «Sport Club Angrense of Toronto», clube que conta com cerca de 600 associados e serve a comunidade portuguesa residente nesta área, nomeadamente no que respeita à prática desportiva e actividades recreativas, para além de ministrar cursos de língua inglesa a adultos e ter em fase de organização uma biblioteca que conta, à partida, com o apoio da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

Este Boletim mensal é dedicado particularmente à comunidade originária dos Açores e, em especial, Angra do Heroísmo, encetando-se com ele uma actividade informativa cuja necessidade era sentida por toda a massa associativa daquela agremiação.

«O Emigrante»



Cabeçalho do jornal «O Emigrante», editado em Montreal.

Chegaram à nossa redacção os primeiros números de um novo periódico em língua portuguesa, denominado «O Emigrante», que se publica em Montreal (Quebeque) todos os dias 15 e 30 de cada mês. O quinzenário, cujo director é Manuel Teixeira, pertence à Associação da Imprensa Étnica do Quebec e à Federação da Imprensa Étnica do Canadá, tendo como endereço: Caixa Postal n.º 628, Station «N»-Montreal, Quebec, H2X. 3M6.

Com noticiário variado sobre os arquipélagos de Açores e Madeira, assim como de Portugal continental, o novo jornal insere, também, notícias de carácter oficial e associativo, e informações úteis que interessam à comunidade portuguesa.

De um dos números de «O Emigrante» extraímos a notícia

da criação de uma nova filarmónica portuguesa, fundada na vila de Chomedey, e que conta com cerca de 30 figuras, possuindo sede própria para ensaios e reuniões. O nome desta recém-criada agremiação é «Filarmonica do Divino Espírito Santo de Laval».

O mesmo quinzenário noticiou, por outro lado, que está em vias de se processar a fusão de algumas associações da comunidade portuguesa local. Tal fusão conta com adesões do «Clube Português de Monteal», «Associação Portuguesa do Canadá», equipa de «Futebol Luso-Stars» e do jornal de língua portuguesa «A Voz do Imigrante».

Vítor Alves em Toronto



Vítor Alves.

Deslocou-se a Toronto o major Vítor Alves, membro do Conselho da Revolução e presidente da Comissão Organizadora do Dia de Portugal e das Comunidades, que ali assistiu à implantação de uma réplica do padrão colocado originalmente, em 1482, no Cabo de Santa Maria (Angola) pelo navegador Diogo Cão, e que hoje se encontra na Sociedade de Geografia, em Lisboa.

Esta cerimónia integrou-se nas comemorações do XXV aniversário da comunidade portuguesa no Canadá, de cujo programa faz parte integrante a celebração do dia 10 de Junho.

EUA

A língua portuguesa é a segunda do Estado de Nova Inglaterra

Segundo noticiou o matutino «Açores», publicado em Ponta Delgada, a segunda língua falada

em Nova Inglaterra é o português, tendo-se verificado que nas cidades de New Bedford e Fall River os americanos se encontram praticamente em minoria, pois as estatísticas indicam que a população portuguesa e seus descendentes representam já mais de 50 por cento do total dos habitantes.

Baseando-se nestes dados, segundo tudo o leva a crer, um grupo de médicos e psicólogos, que habitualmente lidam com os emigrantes desconhecedores da língua inglesa, criaram uma associação denominada «Portuguese American Communications Inc.», destinada a manter bem informada a comunidade luso-americana durante qualquer perigo ou emergência nacional, promovendo constante informação geral aos emigrantes que não compreendem o inglês e cooperando com os órgãos de comunicação social na transmissão de edições especiais na nossa língua.

«Panorama de Portugal»: novo programa de televisão



Na cidade de New Bedford, a estação de TV por cabo «canal 13», inaugurou a transmissão diária de um programa em língua portuguesa denominado «Panorama de Portugal», sob a direcção de António Alberto Costa, também director do semanário «Portuguese Times», um dos mais importantes jornais portugueses publicados neste país. A emissão inaugural deste programa incluiu uma breve alocução proferida pelo dr. Henriques da Silva, cônsul de Portugal em New Bedford. No conjunto, o programa tem inserido diversas reportagens, das quais destacamos a que foi realizada nos Açores, quando da Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Ponta Delgada, assim como uma outra sobre a peregrinação anual a Fátima por ocasião do 13 de Maio. A emissão de «Panorama de Portugal» vai para o ar todos os dias a partir das 19 horas (T.M.G.),

prevendo-se em futuras emissões a inclusão de filmes, documentários, entrevistas, jogos de futebol e noticiário diverso. Da equipa do novo programa fazem parte, além do director, o dr. José Gama, João Coelho, Natércia da Conceição, José Rebelo Mota, Adelino Ferreira, Manuel Silveira, Helder Braga e Mário Vargas.

Esta iniciativa, de indiscutível interesse para a comunidade portuguesa desta região dos Estados Unidos, reveste-se de particular importância pelos relevantes serviços informativos, culturais e recreativos que não deixará de prestar aos nossos compatriotas.

I Centenário da chegada dos portugueses ao Hawai

A chegada dos primeiros portugueses ao Hawai vai ser solenemente comemorada este ano, segundo noticiou o «Jornal Português» de San Pablo (Califórnia). O governador Ariyoshi, do Hawai, já nomeou para o efeito uma comissão encarregada de elaborar o programa das celebrações desta efeméride, da qual fazem parte elementos da comunidade portuguesa residente neste arquipélago. A «Centennial Commission», em colaboração com o «Hawai Council on Portuguese Heritage» — formado por sete organizações portuguesas — e o cônsul John Felix, estão a elaborar um programa, a realizar durante as últimas semanas de Setembro próximo.

O citado periódico de língua portuguesa refere que, para estas comemorações, foram convidadas diversas personalidades portuguesas e americanas, entre as quais o presidente do Governo Regional dos Açores e o embaixador de Portugal em Washington. Por outro lado, é admitida a possibilidade de uma escala no Hawai do navio-escola «Sagres», o qual, como noticiamos noutra local, está presentemente a efectuar uma volta ao mundo.

Portuguesa distinguida em Linden

A portuguesa Odete Cardoso, natural de Viseu, tomou posse do cargo de comissária do departamento local do «Assistance Board», em Linden. A posse foi-lhe conferida pelo «mayor» e senador John Gregório, após

aprovação unânime do respectivo Conselho Municipal. Residente nos Estados Unidos desde 1960, Odete Cardoso é casada com o eng.º Vitor Cardoso, actual presidente da direcção do Clube de Elizabeth e comissário de saúde da cidade de Linden.

Odete Cardoso é ainda presidente da Organização das Senhoras Auxiliares do Clube de Elizabeth, secretária do Clube Democrático de Linden e membro activo das senhoras auxiliares da Sociedade Católica dos Cavaleiros de Colombo.

França

Associação «O Lusitano» de Lausanne

Realizou esta Associação uma conferência de estudo, com o objectivo de debater várias questões que entende de importância vital para os portugueses residentes e a trabalhar no estrangeiro, nomeadamente em França.

A conferência, realizada com a participação de 18 secções desta Associação, teve lugar nos arredores de Paris, contando com a presença do embaixador de Portugal em França, dr. Coimbra Martins, e com um representante do secretariado nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da França. No total, estiveram reunidos na sala de conferências de Blanc-Mesnil, uma centena de participantes, tendo por fundo uma bandeira portuguesa e outra francesa e um letreiro onde se podia ler: «Associação dos Originários de Portugal / Pelos direitos e dignidade dos trabalhadores portugueses em França».

Depois de um representante do município local ter dado as boas-vindas a todos os presentes, falou o embaixador de Portugal, que considerou bastante importantes os trabalhos da conferência e manifestou o desejo de reforçar o diálogo com a A.O.P. Em nome da CGT, o seu representante sublinhou a necessidade de reforçar a cooperação entre a A.O.P. e aquela confederação sindical. Um representante do Serviço de Coordenação do Ensino do Português em França interveio também, expondo alguns dos pontos que lhe pareceram essenciais no desenvolvimento do trabalho deste serviço.

A agenda dos trabalhos incluía algumas das questões mais prementes para os trabalhadores

portugueses residentes em França, tais como melhores condições de higiene e segurança no trabalho; protecção à saúde; difusão da cultura portuguesa; ensino do português às crianças e adultos; transportes; e aplicação rigorosa da lei anti-racista.

Emigrantes desalojados por incêndio

Num edifício utilizado como centro de trânsito para emigrantes, declarou-se um incêndio que veio a destruir completamente os 35 apartamentos dos locatários, trabalhadores de várias nacionalidades, entre os quais se contam 25 portugueses. O incêndio teve origem num curto-circuito, segundo mais tarde foi apurado.

Um imediato movimento de solidariedade encontrou eco entre outras famílias de emigrantes, albergando estas os sinistrados. Por seu turno a «Mairie» (Câmara Municipal) de St. Denis, serviu refeições aos desalojados num gesto de relevante apoio. O embaixador de Portugal em França, bem como os conselheiros social e de imprensa, deslocaram-se ao local do sinistro onde dialogaram com as autoridades francesas e com os emigrantes portugueses, tendo sido nomeados um funcionário dos Serviços de Programação e Apoio da Embaixada e outro do Serviço Social do Consulado de Nogent-Sur-Marne, para colaborar com o serviço social francês no realojamento definitivo das famílias.

Entretanto, foi distribuído um primeiro subsídio de 500 francos por família, concedido pela «Mairie». O Governo português, por seu turno, e através da Embaixada e do Consulado de Nogent-Sur-Marne, distribuiu um subsídio de 1000 F. por casal e 200 F. por filho.

O realojamento definitivo de todas as famílias sinistradas encontra-se já concluído, tendo-lhe sido distribuídos apartamentos em bairros camarários, em St. Denis e bairros vizinhos.

Inglaterra

Uma nova revista

Acaba de sair o primeiro número da revista «Presença», edição do Centro Católico Portu-

guês de Londres. Neste seu primeiro número destaca-se uma entrevista concedida pelo Embaixador de Portugal no Reino Unido, dr. Armando Martins. Esta entrevista é, a diversos títulos, oportuna para esclarecimento da comunidade portuguesa residente neste país, pois salienta aspectos da actividade consular e assim como os métodos de trabalho seguidos.

Luxemburgo

Bispo auxiliar de Lisboa contacta comunidades



D. António dos Reis Rodrigues.

D. António dos Reis Rodrigues, bispo auxiliar de Lisboa, visitou as comunidades portuguesas residentes no Luxemburgo, Bélgica e Grã-Bretanha.

Esta visita de D. António dos Reis Rodrigues, foi realizada na qualidade de presidente da Comissão Episcopal das Migrações. Nesta deslocação, destacou-se, no Luxemburgo, a participação, a convite do bispo local, nas celebrações do 3.º centenário da fundação do Santuário de Nossa Senhora do Luxemburgo.

Suíça

Associação dos Originários de Portugal

A associação «O Lusitano», fundada em 1974, na cidade de Lausanne, por reduzido grupo de portugueses, conta actualmente 120 associados, segundo refere em recente edição o mensário de língua portuguesa «O Salto», que se publica em França. A referida associação tem acti-

vidades culturais, recreativas e desportivas: excursões e aprendizagem de ski, cinema, escola de francês para adultos, cursos de desenho e construção civil, cursos de guitarra, etc. Esta associação, segundo as palavras da sua direcção, citadas pelo periódico, propõe-se defender «os direitos dos emigrantes» e «ajudá-los a encontrar solução» para alguns problemas inerentes à sua estadia neste país.

SWA Namíbia

Centenário da cidade de Walvis Bay

A comunidade portuguesa residente em Walvis Bay participou no cortejo comemorativo do centenário daquela cidade do sudoeste africano. No cortejo, a presença dos portugueses foi assinalada, em primeiro lugar, de acordo com a ordem cronológica a que as diversas nacionalidades se vieram a fixar nesta zona do continente africano, seguidos dos holandeses e depois dos cidadãos do país. As decorações apresentadas pelos portugueses neste cortejo caracterizaram-se por curiosas réplicas a alguns conhecidos monumentos nacionais, dos quais destacamos o Monumento aos Descobrimentos, para além da réplica a uma casa típica da Madeira e trajes regionais. À efeméride assistiu o cônsul de Portugal em Windhoek, Carlos Aragão, expressamente convidado para o efeito, assim como representantes de diversas associações portuguesas.



Membros da comunidade portuguesa de Walvis Bay, durante o desfile comemorativo do centenário da cidade.

Língua e cultura portuguesa no estrangeiro

Portaria n.º 765/77, de 19 de Dezembro dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Investigação Científica, que vem regulamentar a aplicação da Lei n.º 74-77, de 28 de Setembro.

Com vista a permitir um esclarecimento sobre o assunto a seguir se referem os aspectos mais relevantes da aludida Portaria.

1. Conceito de curso

Entende-se por *curso de ensino de português no estrangeiro*, aos níveis básico e secundário, o ensino regular e organizado da língua e cultura portuguesas, bem como de disciplinas do sistema escolar português, desde que ministrado em:

- escolas oficiais ou oficializadas dos diferentes países, integrado ou não no horário escolar normal;
- instituições de ensino particular devidamente legalizadas;
- instalações próprias de associações de cidadãos portugueses e seus descendentes residentes no estrangeiro, oficialmente reconhecidas, ou em instalações cedidas por entidades públicas ou privadas dos respectivos países.

2. Reconhecimento oficial de cursos

2.1. Os cursos serão reconhecidos oficialmente por despacho ministerial, se funcionarem de acordo com os programas estabelecidos pelo MEC e com docentes de comprovada competência.

Nos casos em que funcionem nas condições previstas nas alíneas b) e c) anteriormente referidas exigir-se-á que as instalações sejam reconhecidas como suficientes pela autoridade consular ou pelo coordenador, nos países em que existe (França e República Federal da Alemanha).

2.2. Os casos actualmente existentes de reconhecimento oficial de cursos, sem as exigências anteriormente referidas, serão revistos no prazo de oito meses, após a publicação da Portaria em referência.

3. Criação de novos cursos

3.1. Nas áreas consulares onde o número de crianças e adultos portugueses ou luso-descendentes o justifique, serão criados cursos em número suficiente para ensino básico e secundário. Simultaneamente à criação destes cursos, será definido o número de docentes necessários para o assegurar.

3.2. Em princípio, a cada grupo de 25 *alunos* em idade escolar corresponderá um curso, sendo a sua duração de um mínimo de 3 horas por semana. Poderão excepcionalmente ser criados cursos com uma frequência não inferior a 15 alunos, sob proposta devidamente fundamentada, das autoridades consulares ou dos coordenadores nos países em que existam, aprovada pelos competentes serviços do Ministério da Educação e Cultura.

3.3. Sempre que tal se revele imprescindível, o Estado Português assumirá, no todo ou em parte, as despesas com a instalação e manutenção dos cursos, bem como as remunerações do pessoal docente.

3.4. Consideram-se desde já abrangidos pelas disposições da presente portaria os cursos de língua e cultura portuguesas, criados ao abrigo de legislação anterior, cuja manutenção e remuneração dos respectivos docentes seja da inteira responsabilidade do Estado Português.

3.5. Poderão ainda ser criados cursos de expressão oral de língua portuguesa para crianças em idade pré-escolar em estabelecimentos de ensino ou junto de instituições de carácter sócio-cultural.

4. Docentes

4.1. Aos docentes que desempenhem funções nos cursos oficialmente reconhecidos ou criados, nos termos da presente Portaria, e que possuam habilitação própria para o exercício do ensino, será contado o serviço docente, após a nomeação, para todos os efeitos legais, como se fosse prestado em Portugal, tendo direito à inscrição na Caixa Geral de Aposentações.

5. Programas

5.1. Os programas dos cursos serão estabelecidos por despacho do Ministro da Educação e Cultura, tendo em conta os objectivos específicos do ensino a que se destinam.

6. Regulamenta ainda, a presente Portaria, a eleição dos delegados escolares e a sua competência.

Escolaridade obrigatória de seis anos

(Decreto-Lei n.º 4/78 de 11 de Janeiro)

1. Atribuição de diplomas

O Decreto-Lei n.º 4/78, de 11 de Janeiro vem consagrar a atribuição de um *diploma* aos alunos que concluíram com aproveitamento a escolaridade obrigatória de *seis anos*.

Terão também direito a diploma de escolaridade obrigatória os alunos que concluíram com aproveitamento o *curso nocturno* do ensino preparatório.

2. Passagem de certidões

Aos alunos impossibilitados da frequência do ensino obrigatório até final (isto é, até completarem os seis anos) por incapacidade comprovada e reconhecida em despacho ministerial, a Direcção-Geral do Ensino Básico passará *certidão comprovativa de aproveitamento escolar*, onde constará indicação da incapacidade que fundamentou a dispensa.

Por outro lado, aos alunos que assim o solicitem, poderá ser passada, em qualquer fase ou ano de escolaridade obrigatória uma *certidão de habilitações*.

3. Habilitações mínimas para ingresso nos quadros públicos

Com a publicação do aludido Decreto-Lei é vedado, para todos os efeitos legais, aos *individuos nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1969* e que não tenham completado a escolaridade obrigatória, o ingresso nos quadros públicos.

No entanto, o Ministro da Educação e da Investigação Científica poderá, caso a caso, autorizar a *dispensa das referidas habilitações* sempre que se verifique impossibilidade de frequência do ensino obrigatório por motivo de incapacidade.

Conclusões

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 4/78, de 11 de Janeiro de 1978 resulta que:

- fica revogado o art. 4.º do Decreto-Lei n.º 42.994, de 28 de Maio de 1960, que admitia a prestação de provas de exame da 3.ª classe;
- é eliminado, a partir do ano escolar de 1977-78, o diploma da 4.ª classe, mantendo-se o respectivo exame.

Normas relativas ao acesso ao ensino superior

(Portaria n.º 634-A/77 de 4 de Outubro)

1. Indicação do número máximo de estudantes a admitir, em cada ano lectivo, à matrícula no 1.º ano dos cursos do ensino superior (designado por contingentes)

Para cada curso e estabelecimento de ensino superior oficial é fixado o número máximo de estudantes a admitir no primeiro ano e em primeira matrícula, em cada ano lectivo, por Portaria do Ministério da Educação e Cultura.

O número total de vagas será distribuído por um contingente geral e por contingentes especiais para os candidatos das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e para o território de Macau.

2. Quem pode concorrer à matrícula dentro dos contingentes

Podem concorrer à matrícula para determinado curso os candidatos que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

- habilitação adequada à inscrição nesse curso, nos termos da legislação em vigor;
- aprovação no exame de acesso adequado.

3. Quem pode concorrer à matrícula para além dos contingentes (em regime de supra-numerário)

O Secretário de Estado do Ensino Superior estabelecerá, por despacho, o limite de supranumerário a admitir anualmente em cada curso e estabelecimento.

No entanto, com a publicação da Portaria n.º 634-A/77, desde já estão isentos do exame de acesso e da candidatura à matrícula no ensino superior, ingressando directamente nele, em regime de supranumerário:

- os emigrantes e seus familiares, desde que tenham obtido no país de imigração a habilitação de acesso adequada à inscrição em curso congénere daquele em que se pretendam inscrever em Portugal.

4. Procedimento a adoptar por quem se vai candidatar à matrícula no ensino superior

O processo de candidatura deverá ser instituído com:

- a) Boletim da candidatura de modelo oficial devidamente preenchido;
- b) Documento comprovativo da média do curso geral do ensino secundário;
- c) Bilhete de identidade, que, após a confirmação de elementos de identidade, será devolvido.

Os candidatos que tenham procedido a exames do curso complementar para melhoria de nota deverão entregar novo certificado comprovativo da conclusão do curso complementar com as disciplinas discriminadas e com a nova média deste curso.

Os candidatos admitidos sob o regime de supranumerários deverão proceder à organização do seu processo individual de aluno no ex-Serviço Cívico Estudantil, o qual transitará oficialmente deste para o estabelecimento de ensino superior onde venham a proceder à sua matrícula contra requisição deste.

Horário de funcionamento das fronteiras

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS FRONTEIRAS

Fronteiras	Abertura	Encerramento
Valença	7 horas	1 horas (dia seguinte)
V. V. da Raia	8 horas	21 horas
Quintanilha	7 horas	20 horas
Vilar Formoso	7 horas	23 horas
Caia	7 horas	23 horas

NOTA — Prevê-se que durante o Verão estes horários sejam como habitualmente alargados. Contudo, independentemente dos horários que venham a ser estabelecidos, aconselhamos desde já que a programação das viagens seja feita de modo a ser possível passar a fronteira antes da meia-noite.

*

Entretanto, são já conhecidos os períodos em que durante as próximas férias funcionarão as equipas de acolhimento da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração nas fronteiras.

20 de Julho a 7 de Agosto:

Vilar Formoso, Vila Verde da Raia, Quintanilha, Caia, Miranda do Douro e Irun.

17 de Agosto a 4 de Setembro:

Vilar Formoso, Vila Verde da Raia, Quintanilha, Caia e Miranda do Douro.

Acidentes de viação: alarmante o crescente número de emigrantes portugueses entre as vítimas

O número de acidentes de automóvel é cada vez mais preocupante. Da embriaguez ao desrespeito pelos sinais do trânsito, do excesso de velocidade à falta de zelo pelo estado do veículo, inúmeros factores concorrem, directa ou indirectamente, para o constante aumento de vítimas nas estradas nacionais e estrangeiras.

Infelizmente com crescente frequência, temos conhecimento de que emigrantes portugueses (por vezes famílias inteiras!), se encontram entre as vítimas.

A acção das autoridades, no sentido de alertar os automobilistas para os vários perigos que correm, é na maior parte dos casos vencida pela imprudência destes.

No caso concreto dos emigrantes portugueses a residir em França, o número de acidentes é alarmante. Na zona de Bordéus, tal facto levou o Comandante Regional da Guarda Nacional («Gendarmerie»), a manifestar ao Cônsul português a sua preocupação, sublinhando haver muitos portugueses entre os sinistrados.

Facilmente se adivinhará a gravidade da situação, se registarmos que o mesmo Comandante Regional providenciou para que os guardas conhecedores da língua portuguesa fossem colocados naquela zona, tendo sido encontrados para o efeito seis qualificados.

Alertamos pois os emigrantes portugueses em França, e que utilizam o automóvel para a sua deslocação a Portugal: a grande maioria dos acidentes têm origem no facto de fazerem grandes percursos sem interrupção, ou descansando de modo insuficiente. Para além do cumprimento das regras de trânsito, devem igualmente evitar conduzir em tais condições.

"Benilde ou a Virgem Mãe"

52



Manuel de Oliveira dirigindo a rodagem de uma cena para um dos seus filmes.



Duas imagens de «Benilde ou a Virgem Mãe».

TÍTULO:

«Benilde ou a Virgem Mãe»

ANO DE PRODUÇÃO:

1974

REALIZAÇÃO:

Manuel de Oliveira

DIRECTOR DE FOTOGRAFIA:

Elsó Roque

FOTOGRAFIA:

Cor

SOM:

Óptico

TEMPO:

1,45 horas

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA:

Maiores de 18 anos

INTÉRPRETES PRINCIPAIS:

Maria Amélia Aranda, Jorge Rolla, Jacinto Ramos, Maria Barroso, Varela Silva, Glória de Matos, Augusto de Figueiredo.

Resumo do argumento:

Benilde é uma jovem que vive na companhia de seu pai e de uma velha criada da família, num solar situado no Alentejo.

A dada altura a criada suspeita que Benilde esteja grávida, suspeita que, aliás, viria a ser confirmada pelo médico da casa. Tal facto provoca o pânico, natural num ambiente de profundo respeito pela religião católica em que Benilde foi educada, e pelas regras que a sociedade burguesa impõe

quer de natureza moral quer social. Benilde só encontra como explicação para o seu estado a intervenção divina.

Este filme baseado na obra homónima de José Régio apresenta como interesse principal a análise do comportamento de cada elemento da família, ou a ela ligado, perante a situação.

— ★ —

Deste mesmo realizador fazem parte do circuito de cinema» as longas metragens «ANIKI-BOBÓ», «ACTO DA PRIMAVERA», «O PASSADO E O PRESENTE» e os documentários «O PINTOR E A CIDADE», «AS PINTURAS DO MEU IRMÃO JÚLIO», «PORTO 1100» e «A CAÇA».

AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para:

Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas»

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.

Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa-Portugal.

2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a:

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.

3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra)	400\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Para o efeito, envio a importância de\$..... (.....)

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa-Portugal**

CLIIII.

A Mas eu q̃ falo humilde, baxo, e rudo,
de vos nam conhecido, nem sonhado?
da boca dos pequenos sey com tudo,
que o louvor fae às vezes acabado:
Nẽ me falta na vida honesto estudo;
com longa experiencia mesturado;
nem engenho, q̃ aqui vereis presente,
coufas que juntas se acham raramẽte.